

ALVARÁS COMERCIAIS EM CAUSA

Governo rectifica Plano Intercalar

O projecto emergencial de governação de João Lourenço, conhecido como 'Plano Intercalar', deve sofrer ajustes, forçados por recomendações do Comércio que diz "não fazer sentido nenhum", por exemplo, a remoção da obrigatoriedade do alvará para o exercício da actividade comercial. Pág. 12

DOCUMENTO CHEGA AO CONSELHO DE MINISTROS NA PRÓXIMA SEMANA

Finanças garantem OGE 2018 até Dezembro

ORÇAMENTO. Fontes das Finanças que acompanham o processo de elaboração do Orçamento Geral do Estado do próximo ano asseguram que a submissão do documento à Assembleia Nacional não deve furar os prazos legais. E a primeira versão da proposta deve dar entrada no Conselho de Ministros já na próxima semana. Pág. 14



LEONEL DA ROCHA PINTO

"Deixemos a fantasia de trazer quem desconhece o país"



ENTREVISTA. Destacado empresário no ramo da logística, entre outros, Leonel da Rocha Pinto não tem dúvidas de que os problemas estruturais de Angola devem ser resolvidos pelos angolanos, sugerindo o corte na contratação de estrangeiros que não dominam a realidade do país. Mas a conversa com o empresário que se notabiliza também pela causa do desporto estende-se por vários temas, incluindo o que se espera dos empresários e do novo Governo. Págs. 4 a 6

Novo 'conflito' nas divisas

O novo governador do BNA decidiu 'congelar' a venda directa de divisas às empresas, recolocando os ministérios na definição dos beneficiários prioritários. A medida de José Massano é elogiada pela banca que, até hoje, se sentiu substituída pelo banco central, mas criticada por quem receia menos transparência. Pág. 15

Moedas **AKZ** 166,7 Kz (+0) ▲ **EUR** 196,36 Kz (+0,86) ▲ **LIBRA** 220,86 KZ (+1,58) ▲ **YUAN** 25,14 kz (+0,08) ▲ **RAND** 11,88 KZ (+0,34) ▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



DESABAFO DIPLOMÁTICO

Nos últimos meses, o VALOR trouxe à estampa duas entrevistas esclarecedoras sobre a importância da revisão da política migratória, como se prevê no 'Plano Intercalar'. Dois embaixadores de economias estratégicas para o processo económico angolano ignoraram o discurso politicamente correcto e atiraram-se contra o tratamento desigual que os seus países vêm recebendo das autoridades angolanas, em matéria de vistos. As queixas tiveram o mesmo denominador comum. O Brasil lamentou-se de falta de reciprocidade na facilitação e vistos de longa duração com múltiplas entradas, do mesmo jeito que se queixou a França. Nada que fosse rigorosamente novo, é verdade. Nada que qualquer observador comum não tenha referido ainda, ao longo destes anos de construção da expectativa da diversificação económica. Mas, como é sabido, o impacto e o valor simbólico da crítica pesam conforme a autoridade de quem critica. Sobretudo quando quem critica fá-lo completamente coberto de razão, recordando fantasias comprometedoras de projectos e planos governamentais que nunca passaram disso mesmo.

Ao longo dos últimos anos, não só o discurso do fomento do turismo tem estado na berra, como se introduziu o turismo entre os sectores estratégicos do processo de diversificação eco-

nómica. O Ministério de tutela, por diversas vezes, apresentou projecções, aparentemente pensadas, sobre o que poderia ser o crescimento do sector e o respectivo contributo para a expansão do produto interno bruto. Mas o que é facto é que tudo isso nunca passou de verdadeira utopia, porque várias preocupações básicas invariavelmente ficaram sempre sem respostas. Mais do que as matérias de fundo como o investimento nas infra-estruturas que tornam atractivos os destinos turísticos, o Governo jamais explicou como previa aumentar o fluxo de turismo externo, se países com potencial de 'exportação de turistas', ainda que os conhecidos turistas de negócios, encontravam barreiras quase intransponíveis para terem acesso a vistos. A comparação levantada pelo embaixador francês, Sylvain Itté, na citada entrevista, não poderia ser, aliás, mais esclarecedora, ao exemplificar que, em certos casos, a entrada de um francês em Angola poderia ficar mais de 10 vezes acima do que paga o angolano para entrar em França, só

em encargos com vistos. Definitivamente, isto não ajuda. Como não se percebe o imbróglio que se pode ler na página 10 desta edição. Não se compreende a possibilidade de existir um acordo sobre vistos entre dois países que uma parte exhibe e a outra desconhece. É uma matéria excessivamente elevada e sensível, no âmbito das atribuições diplomáticas do Estado, para a hipótese de ter sido tratada com incompreensível leviandade.

Ainda bem que os novos sinais sugerem a correcção dessa perspectiva com que o Governo concebeu a concessão de vistos até ao momento. Com a evolução dos contextos, a narrativa da salvaguarda de supostos interesses estratégicos não pode descompensar a necessidade da abertura do país, em nome do impulso na economia. Isto passa pelo obrigatório entendimento dos angolanos de que a África do Sul não é o Congo Democrático. Esperemos então que Angola torne imediatamente as coisas claras, depois da oficialização da nossa 'entrada livre' na Terra de Mandela' por parte dos sul-africanos.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Editor Online: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721;

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Andreia Martins,

Administradora, FCKS

Em que situação está a Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul?

Estamos num processo em que temos tido muito apoio de muitas instituições. Estamos a recuperar do tempo que acabamos por perder pela paralisação. Está a ser negociada a comercialização do combustível [Fuel] a um preço competitivo, porque o nosso modelo de negócio só é funcional e lucrativo se o combustível estiver num preço competitivo. Terminado esse processo, esperamos retomar.

Quando esperam retomar as actividades?

Esperamos que seja no fim deste ano. Demos 50 dias de prazo, a começar a partir deste mês. Temos uma fábrica muito moderna em que muitas áreas são geridas e operadas por capital humano estrangeiro e, com a paralisação, tivemos de desmobilizar as pessoas. Sabemos como é a obtenção de vistos. O pedido de um visto de trabalho demora por vezes um mês, daí a condicionante.

Os trabalhadores angolanos serão recuperados?

Em princípio, sim. Vamos avaliar a situação e começar de forma paulatina. O contexto é diferente. A fábrica produz cimento e clínquer. À medida que vamos abrindo as unidades, vamos chamando os trabalhadores.

21
TERÇA-FEIRA
As trocas comerciais entre Angola e a Ucrânia atingiram, em 2016, mais de 15 milhões de euros, um valor considerado baixo, atendendo às potencialidades económicas dos dois países. A avaliação foi feita pelo secretário de Estado da Agricultura, Carlos Alberto Jaime.

22
QUARTA-FEIRA
O mercado nacional poderá, a médio prazo, montar veículos automóveis, como autocarros, tractores e outros equipamentos, no quadro da cooperação entre Angola e Bielorrússia. A informação foi dada num encontro de cooperação de alto nível entre os ministros dos Transportes de Angola e da Indústria da Bielorrússia.

23
QUINTA-FEIRA
Os deputados vão deixar de viajar em primeira classe devido à insuficiência de verbas e aos ajustes orçamentais que a Assembleia Nacional está a realizar. A informação foi avançada pelo secretário-geral da Assembleia Nacional, Agostinho Pedro Neri.



SEGUNDA-FEIRA

O Banco de Poupança e Crédito mantém encerradas, desde a sua construção, duas agências no Zaire. Localizados no Cuimba e Tomboco, os balcões foram construídos em 2012 e 2014. Segundo o governador da província, a inoperância dessas agências tem criado “sérios constrangimentos” não só aos municípios, como às instituições do Estado na arrecadação de receitas.

24
SEXTA-FEIRA
A fábrica de cimento do China Internacional (CIF) necessita de 1.200 toneladas diárias de combustível de fuel, utilizado para a produção de clínquer para o funcionamento pleno das duas linhas de produção, que compõem a cimenteira, informou o director-geral da unidade.



25
SÁBADO
O Governo vai criar um grupo de trabalho com vista a implementar a futura Agência Nacional de Petróleos, para que a Sonangol se concentre na sua actividade principal, de procurar, produzir, transformar e comercializar produtos petrolíferos.



26
DOMINGO
O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) anunciou a promoção da campanha denominada ‘Diversificar’, que visa influenciar os agentes económicos a adoptarem boas práticas de investimentos sustentáveis no Cunene.



COTAÇÕES



RETALHO E ‘BLACK FRIDAY’ DÃO RECORDES A WALL STREET...

As principais bolsas dos EUA encerraram em alta, impulsionadas pelos títulos da energia e pelo sector do retalho no dia oficial de descontos, o ‘Black Friday’, que marca o arranque da época natalícia. O Nasdaq e o Standard & Poor’s 500 (S&P) atingiram máximos históricos: S&P 500 fechou, à tarde de sexta-feira a somar 0,21% para 2.602,43,02 pontos, tendo durante a negociação marcado um máximo nos 2.604,21 pontos; o Nasdaq Composite negociou no verde, a subir 0,32% para 6.889,16 pontos.



...E EUROPA SEM RUMO

A moeda da Zona Euro chegou, na semana passada, ao valor mais elevado desde 22 de Setembro. Apesar deste quadro, as bolsas europeias terminaram a sessão sem uma tendência definida. Num dia em que as bolsas norte-americanas encerram mais cedo, a Europa terminou o dia sem rumo. As bolsas de Lisboa, Londres e Atenas, por exemplo, terminaram no vermelho, tendo o PSI-20 liderado as quedas. Por outro lado, o índice germânico liderou as valorizações no Velho Continente, registando uma subida de 0,39%.

Entrevista

LEONEL DA ROCHA PINTO

“Os bancos deveriam ser mais transparentes para com os depositantes”

Destacado empresário, entre outros, no sector da logística, Leonel da Rocha Pinto tem a convicção de que os problemas de Angola devem ser resolvidos pelos angolanos. E rotula de fantasiosa a ‘importação’ de estrangeiros para as soluções que impõe. Sobre a economia, alerta para novas possibilidades de criação de monopólios e desafia a banca a ser mais transparente.

Por César Silveira

temáticas que possam contribuir para o desenvolvimento económico do país, na criação de emprego e de mais-valias em termos de posicionamento empresarial local no mapa empresarial internacional.

Refere propositadamente a particularidade da “boa conduta” para se ser membro. Porquê? É uma qualidade rara?

Temos [empresários com boa conduta], mas é preciso continuar a melhorar e a incentivar outros a enveredarem para o pagamento de impostos e da segurança social. Mas também para estarem comprometidos com a parte social participativa, porque a responsabilidade social não pode ser só do Estado. As empresas também devem ser participativas e nós devemos dar exemplos. Hoje, por exemplo, temos patrocinadores que ajudam o comité paralímpico, temos empresas que estão qualificadas, pela AGT, como de perfil de responsabilidade, temos membros que já ganharam os prémios Sirius.

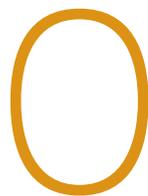
Há uma série de incentivos enormes que devem ser postos a circular para que aqueles empresários que ainda não estão nesta conduta passem a estar. Quando determinada empresa quer ser membro, nós recomendamos o que deve ser feito de uma forma orientadora.

Neste momento, contam com mais de 100 membros. Qual é a média anual de adesão de novos associados?

Na verdade, são 110 membros além de associações que fazem parte da organização. Todos os anos há acréscimos. Começámos com 25 membros, mas os eventos vão-nos promovendo a nível nacional e as pessoas começam a rever-se, mesmo o próprio Estado. Hoje, temos assento no conselho de concertação social da República, que é a LIDEA. Portanto, a LIDEA, que é a Liga dos Empresários Angolanos, é parte do LIDE, é a costela nacional do LIDE.

E qual tem sido a mensagem do LIDE para os membros, nesta fase de crise?

É uma mensagem no sentido de aposta numa gestão rigorosa. Aconselhamos a olharem para tudo o que é negócio e a cumprirem com todos os procedimentos. Não podem pensar no lucro a curto prazo. Hoje, os investimentos são feitos à base do longo prazo e com muita estratégia. Esta é a nossa visão. Quem quer investir a sério tem de definir em que ramo quer ficar, olhando para o negócio de continuidade. Temos de evitar negócios com pessoas que chegam, vão directamente a um hotel, vendem uma ‘commodity’ e



O que fez o LIDE Angola desde a sua implementação, em 2011?

O LIDE é uma organização de líderes empresariais e, em princípio, para se ser membro, tem de se ser um empresário com boa conduta, com os compromissos tanto sociais como de impostos e com a Nação alinhados, porque devemos pautar pelo exemplo. Dedicamo-nos à organização de eventos com



“*Tanto a banca como os empresários devem sentar e definir uma estratégia, porque os bancos trabalham com o nosso dinheiro.*”

vão embora. Não têm uma estrutura e deixam o problema com o cidadão que comprou, porque não encontra nem manutenção nem garantias. O empresário angolano deve ser respeitado em qualquer parte do mundo.

Como se deve melhorar, na sua opinião, a distribuição de divisas?

Temos de trabalhar, em primeiro lugar, com os ministérios de tutela, identificando as nossas necessidades, para depois estes ministérios trabalhem com o das Finanças e a banca para definirem as prioridades. Creio que, se, para alguns sectores a importação, é necessária, também é verdade que devemos olhar para a produção nacional. Temos de apostar em tudo o que podemos produzir localmente e só importarmos o que o país, efectivamente, não pode produzir. Estes anos todos, andamos a desperdiçar divisas com a importação de produtos que podem ser produzidas localmente. Para os hotéis, por exemplo, podemos aproveitar a matéria-prima que temos, que é a madeira, para fazermos as camas, janelas e outros produtos. Podemos incentivar a cultura do algodão para fazermos os lençóis. É preciso olharmos de uma forma estratégica para que, dentro dos próximos anos, Angola passe a depender menos da importação como acontece com outros países mesmo a nível de África. Este é o nosso grande desafio: começarmos a depender menos das divisas e produzirmos mais divisas com as exportações.

Nas condições actuais do país, a diversificação económica exige um grande esforço financeiro. Acha que a banca nacional está à altura do desafio?

Temos todos de reflectir o momento e aproveitar, porque esta crise, até certa forma, veio ajudar a criar momentos. Tanto a banca como os empresários devem sentar e definir uma estratégia, porque os bancos trabalham com o nosso dinheiro. Deveriam ser mais transparentes para com os seus depositantes para podermos criar a banca que nós pretendemos e não aquela que, quando alguém precisa de x milhões, o banco diz que não tem, mas o depositante tem o seu dinheiro lá. O banco tem de nos dar resposta. Hoje, muitos dos bancos não têm essa capacidade de resposta, alegam falta de sistema



Mário Mujetes © VE

“ZEE são dos grandes desafios do Governo”

Que sectores aconselharia a um potencial investidor no país?

A minha primeira preocupação, enquanto nacional, é ver uma Angola industrializada. Seria esta, portanto, a primeira aposta, na indústria. Olhar para a transformação das matérias-primas. Nesta altura, estamos a olhar para a agricultura, mas temos de olhar também para a transformação dos produtos da agricultura. Se estamos a olhar para a produção da madeira, temos de olhar para a transformação desta madeira. O mesmo vale para os mineiros. Ao invés de importarmos os mosaicos e azulejos, temos de investir no potencial em termos de recursos humanos no sentido de transformar estes recursos minerais em produtos acabados. Também indicaria o turismo, que é um sector em que estou, agora, a apostar. Se olharmos para o mundo, muitos dos roteiros turísticos estão muito-sexplorados e os turistas estão à procura de outras rotas. Angola pode ser uma destas rotas.

Considera satisfatório o investimento que já vai sendo feito na transformação?

Já há algumas empresas, mas há que criar políticas compulsórias para direccionar o investidor nacional a fazer investimentos na produção local no sentido de passarmos a importar apenas o

que é necessário como a maquinaria, por exemplo. Mesmo no que diz respeito aos quadros, podemos criar condições para deixarmos de importar. Quando se fizer qualquer tipo de fábrica, este projecto deve ser acompanhado da formação, porque o que tem estado a acontecer é que temos estado a crescer em betão mas não em recursos humanos com capacidade para depois executar ou cuidar dos equipamentos. Temos um outro grande problema que é a importação de equipamentos com manuais de operação em chinês, por exemplo. É necessário que se revejam estas estratégias. Temos, por exemplo, um monstro adormecido que é a Zona Económica Especial [ZEE]. Foi muito bem pensada, mas muitas das fábricas não estão a produzir para satisfazer o mercado nacional por falta de conhecimento e quadros que possam pegar nestas fábricas. É preciso rever esta situação, é necessário fazer uma avaliação do grande investimento que foi feito porque temos de aproveitar. Muitas das fabricas já estão obsoletas, não servem porque já estão ultrapassadas e será necessário fazer um ‘upgrade’.

Está a sugerir uma intervenção urgente na ZEE? O que se deve fazer em termos práticos?

Em primeiro lugar, deve fazer-se

um diagnóstico do que existe. Depois, fazer um levantamento dos potenciais investidores, começando pelos nacionais e dando-lhes prazos para porem as fábricas a funcionar. Creio que estão ali mais de 60 fábricas e menos de 20 estão a trabalhar e a meio-gás. Penso que ter a Zona Económica [Especial] a funcionar em pleno é um dos grandes desafios do Governo.

No ano passado, iniciou-se o processo de privatização dessas unidades. Não lhe pareceu correcto?

Tem de haver vontade política. Sei que foi feito um levantamento, mas tem de haver uma política e uma estratégia muito bem definida para não cair no descrédito. Uma coisa é a vontade de fazer e outra é o empresário ter compromisso de fazer. De boa vontade o mundo está cheio. Precisamos de pessoas empreendedoras que queiram investir e que não estão preocupadas com o lucro imediato. Depois, a banca tem de ter condições de dar o financiamento, mas olhando para o financiamento sem estar preocupado para os riscos e aí, mais uma vez, vem a credibilidade do empresário. A banca tem de acreditar no empresário e o empresário tem de mostrar que tem capacidade.

Creio que estão ali mais de 60 fábricas e menos de 20 estão a trabalhar e a meio-gás. Penso que ter a Zona Económica [Especial] a funcionar em pleno é um dos grandes desafios do Governo.

Temos de apostar em tudo o que podemos produzir localmente e só importarmos o que o país, efectivamente, não pode produzir. Estes anos todos, andamos a desperdiçar divisas com a importação de produtos que podem ser produzidas localmente.

e uma série de problemas que não correspondem à realidade.

E o que pensa das taxas de juro do mercado?

É preciso que sejam revistas, porque não há investimento nenhum que resista a essas taxas. Hoje, estamos a trabalhar, praticamente, apenas para os bancos porque não há negócio nenhum que rentabilize e que justifique. Mas também os bancos têm medo porque não há garantias da parte dos empresários. As taxas são agravadas devido ao risco, além de que temos muito crédito malparado. Por isso há necessidade de nos sentarmos com a banca e reflectirmos no sentido de corrigirmos os problemas todos identificados. Só se deve dar crédito a quem tem direito, mas os bancos, durante algum tempo, passaram a caçar créditos sem o real levantamento da capacidade das pessoas, criou-se um círculo vicioso que hoje tem de ser corrigido.

Entrevista

“O porto seco está a ser vítima de concorrência desleal”

Sofreu muito com a redução das importações, mas também com a criação de outros portos secos pelos próprios terminais.

Como se define enquanto empresário?

Sou um empresário que gosta de desafios e muito ousado. Gosto de ver as coisas serem realizadas. O meu grande desafio é fazer com que as coisas aconteçam e estou muito comprometido com o país. Estou em vários sectores e em todos tenho batalhado de modo a servir como um empresário de exemplo e referência positiva. Tento fazer o meu melhor. No meio de tantos problemas, sou pequenino, mas vou fazendo a minha parte.

Com que sector gosta mais de ser identificado?

A logística. Como sabe, fui director da NDS, por muitos anos. Comecei em 1984 com a Global, que é uma empresa que trabalhava para o projecto Gamek. Depois, passei para a NDS, que era um ‘outsider’ com um navio apenas e passámos para centenas de navios. Hoje é uma das maiores operadoras no país. Atendendo às dificuldades que o país vivia, na altura, com o acondicionamento no Porto de Luanda, enveredei para o meu próprio negócio que foi criar espaços de armazenamentos de cargas. Comecei assim com os portos secos e logísticos, que são o meu forte. Pretendo continuar a investir nesta área, criar uma plataforma logística de referência a nível do país. Tem sido esta a minha grande aposta, estou a fazer um investimento no porto seco de Luanda, temos uma grande aposta de trabalhar com o caminho-de-ferro. Estamos, agora, na exploração do porto seco de Santa-Clara; quero apostar, seriamente, na plataforma logística a nível das províncias fronteiriças com alguns países, como é o Congo, a Namíbia e Zâmbia. Tenho, hoje, o maior centro de frio no porto seco; queremos também criar uma área de alojamento para os camionistas que vêm das outras províncias.

Está satisfeito?

Há passos por marcar, mas estão

criadas as principais bases para uma plataforma logística. Temos as alfândegas, os bancos, as balanças, as áreas de inspecções, os parques, as máquinas e energia 24/24. Temos uma área de transporte com oficina para atender aos problemas das viaturas. Falta criar outras mais-valias que complementam esta plataforma logística. O que gostaria de ver é um porto seco, onde as cargas fossem posicionadas e de lá os grandes importadores fizessem as suas distribuições para deixarmos de ter a circulação de camiões com contentores na cidade. Apareceriam os camiões apropriados para a distribuição como é em qualquer parte do mundo.

É um sector que sofreu muito com a redução das importações.

Sofreu muito com a redução das importações, mas também com a criação de outros portos secos pelos próprios terminais, copiando aquilo que era a grande intenção do porto seco. Os terminais, por direito, quiseram criar os seus próprios parques. Creio que é uma prática que deveria ser revista porque os portos têm a responsabilidade de fazer as descargas e não criarem portos secos para matarem outros negócios conforme foi com o porto seco. Hoje, estamos a ser vítimas, mas continuamos a trabalhar e tenho a certeza de que o processo será invertido. Nós investimos aí cerca de 95 milhões de dólares entre máquinas e outros equipamentos e estamos a enfrentar esta situação. Mas continuamos a gerir numa gestão de crise, não morremos.

Estamos em presença de uma concorrência desleal?

Até certa forma, sim, porque quem deveria decidir onde é que a carga vai é o importador, mediante a qualidade de serviço. Mas nós tivemos uma situação com um dos terminais onde o próprio armador queria trabalhar connosco e o terminal não aceitou. São estas coisas que têm de

PERFIL



Mário Miguel © VE

Entre os negócios e o desporto

Leonel da Rocha Pino nasceu a 28 de Abril de 1962, na Quibala, Kwanza-Sul. Presidente do LIDE Angola desde 2011, iniciou o percurso empresarial nos anos 1980, sendo actualmente presidente do conselho de gestão das empresas AAS - Greentech, Multiparques e Multientos, além de director-geral das empresas Central Logística e Transportes (CLT), Multiparques, Lda e administrador não-executivo da Multiterminais. Formado na área de Shipping e Gestão de Empresas, Leonel da Rocha Pinto é ainda membro fundador do movimento paralímpico em Angola iniciado em 1993 e a cujo comité preside deste 1992. Fora de portas, vai no segundo mandato como presidente do comité paralímpico africano, depois do primeiro iniciado em 2007. Recentemente, foi eleito membro da comissão executiva do comité paralímpico internacional.

acabar. Precisamos de acautelar estas situações, porque temos de olhar para um país onde todos sentimos que temos os nossos espaços conquistados por mérito. O discurso do Presidente João Lourenço incentiva-nos, porque ele é um grande motivador e quer incentivar a livre concorrência que faz parte de qualquer economia aberta.

Acredita numa livre concorrência no verdadeiro sentido a curto espaço de tempo?

Creio que Angola tem de ir para este caminho, de outra forma, vamos correr os riscos do passado, vão criar-se monopólios. Tem de se deixar os empresários conquistarem os seus espaços e os negócios através das suas estratégias. A concorrência é salutar, ajuda a regulamentar os preços, a qualidade e o próprio Estado a definir quem é quem. Ajuda a deixarmos de ter empresários oportunistas e de especulação. Temos de ter empresários comprometidos com o país e não aqueles que vêm para fazer dinheiro e ter os dinheiros fora do país sem estar a servir nem a nossa banca, nem a nossa economia, mas sim a banca estrangeira.

Em que sector novo gostaria de investir?

Já comecei a investir. No turismo e também na reciclagem de lixo. Tenho uma empresa, a Greentech, que é especializada na limpeza de praias, mas, mais uma vez, sofremos porque se criaram alguns monopólios para fazer as limpezas. Nós fizemos investimentos nesta área e, hoje, somos chamados a abandonar porque apareceram outras empresas que não sabemos de que formas foram lá postas. São estas situações que, se não estivermos preparados para outros mercados e enquanto houver essa indefinição da estratégia de protecção do empresário nacional, comprometemos vários projectos empresariais.

E o que tem projectado para o turismo?

Estou no investimento, porque acredito que é o futuro. Estou a trabalhar para um grande projecto, que é o instituto de formação do

turismo, porque acredito que não se pode fazer turismo sem a formação dos quadros.

O que mais o preocupa enquanto empresário?

Enquanto empresário, estou muito preocupado com a mudança de mentalidade do cidadão angolano que ainda não sabe interpretar o valor daquilo que tem em mão. Nós continuamos a dar espaço para que os estrangeiros nos venham indicar o que é melhor para nós. Continuamos a estar distraídos e a não desenvolver o que está à nossa frente, precisamos de despertar para transformarmos o potencial que temos. Outra questão que precisamos de mudar é o facto de as pessoas pensarem muito nelas, ao invés do país. As pessoas têm também de aprender a lidar com o sucesso dos outros, solicitar conselhos e não terem dificuldades de perguntar a quem tenha sucesso como é que fez, ao invés de guerrearem estas pessoas. Temos de nos unir, ser patriotas e solidários. Entre as características do gestor, há a necessidade de desenvolvermos a humildade. Aceitar quando estamos errados e saber ouvir as pessoas que estão ao nosso lado. Temos de estar focados em formar líderes e não ‘bosses’. Mas, quando digo isto, não estou a dizer que o país não tenha bons líderes. Temos, mas poucos e o desafio deve ser o de multiplicar esses poucos.

Há uma solução mágica para isso?

Hoje, estamos todos a dizer que o crime continua a aumentar, precisamos de fazer leituras das razões. Tudo passa por uma avaliação do contexto actual desde a crise ao problema da falta de emprego, educação e o problema das famílias destruídas por causa da guerra. Temos de olhar seriamente para estas questões porque a solução cabe a nós e não aos estrangeiros. Devemos deixar a fantasia de trazer pessoas que sabemos terem experiências para o país deles, mas desconhecem a nossa realidade. Precisamos de identificar o nosso potencial porque Angola tem quadros, pessoas capazes para tirar o país desta situação. Temos o exemplo da guerra. Quem terminou com a guerra foram os próprios angolanos.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política

DE ACORDO COM A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AQUICULTORES

Empresas – ‘fantasma’ comprometem metas de produção do cacusso

AQUICULTURA. Há três anos que se regista uma tendência decrescente na produção do cacusso, aumentando o défice entre a produção alcançada e a perspectivada. Associação Nacional de Aquicultores culpa o Ministério das Pescas por realizar projecções considerando empresas que já não existem.



Ministério das Pescas e operadores discutiram produção aquícola

Por José Zangui

A

As metas de produção da tilápia (cacusso), avançadas pelo Governo, não são alcançadas desde

2014 e o presidente da Associação Nacional de Aquicultores, Saraiva Santos, aponta o dedo ao Ministério das Pescas, por incluir, nas projecções, empresas que só “existem no papel”.

Em declarações ao VALOR, à margem do 1.º Encontro Nacional de auscultação sobre a Aquicultura, Saraiva Santos imputou as culpas à criação de muitas empresas por expatriados “apenas para a obtenção de dólares junto dos bancos”. E são estas, segundo o líder associativo, que entram nas contas governamentais. “Alguns destes gestores, depois da crise

financeira, deixaram o país”, reforça Saraiva Santos, acrescentando que, “Angola é para todos, mas nem todos são por Angola”.

O director nacional da Aquicultura, António da Silva, evitou culpar quem quer que fosse pelo falhanço das metas, apontando razões de “ordem conjuntural”, como, por exemplo, “a falta de ração e de capacitação técnica”.

O encontro pretendeu ouvir as principais questões e constrangimentos que as empresas produtoras e parceiros enfrentam. António da Silva garantiu que todos os participantes puderam fazer análises livres sobre a aquicultura, admitindo ser “necessário melhorar as estatísticas”.

O REAL E A PERSPECTIVA

A diferença entre a produção alcançada e a perspectivada tende a aumentar de ano para ano. Em 2014, a produção total do cacusso foi de 305 toneladas, quando as previsões do Governo apontavam

4000

Kwanzas, preço do quilo da ração, principal matéria-prima para os aquicultores.

MEMORIZE

- A perspectiva de produção para o ano em curso é de três mil toneladas, mas a produção dos primeiros dez meses do ano indicia um défice de 60% entre a produção efectiva e a projectada.

para as 500. Ou seja, registou-se um défice de 39%. Se se mantiver a tendência, a diferença, este ano, ainda será maior. A perspectiva de produção é de três mil toneladas e, nos primeiros dez meses,

foram produzidas 1.003 toneladas, fixando a média mensal em cerca de 100 toneladas. A manter-se esta média, até ao final do ano, a produção fixar-se-ia em cerca de 1203,6 toneladas o que representaria um défice de cerca de 60%, comparativamente à meta das três mil toneladas previstas.

PROBLEMAS CONSENSUAIS

No primeiro encontro, os representantes das 18 províncias convergiram na elaboração da lista dos constrangimentos, que tem, no topo, a falta de ração de produção nacional, seguido da falta de financiamento dos bancos e de capacitação técnica dos operadores.

A ração importada não chega para todos e os preços são considerados elevados, atingindo os 400 kwanzas por quilo. Para alimentar uma tonelada de peixe, são necessárias 1,5 toneladas de ração. Ou seja, 600 mil kwanzas por ano.

A Associação Nacional de Aquicultores garante ter projectos

remitidos aos bancos há três anos, mas ainda sem respostas. A falta de financiamento e as taxas cobradas pelo Ministério do Ambiente, consideradas altas pelos operadores, também concorrem para a diminuição das empresas de ano para ano, segundo esta associação que tem registadas cerca de 130 empresas.

Adão Pereira, director provincial da Agricultura e Pescas do Kwanza-Sul, defendeu que “dos problemas foram apresentados, muitos são velhos” e que os aquicultores “aguardam por uma resposta dos ministérios envolvidos” e aproveitou para anunciar, para breve, a entrada em funcionamento de uma fábrica que poderá diminuir as importações.

A aquicultura é hoje praticada em grande parte do território nacional, do litoral ao interior. Das 15 províncias que produzem o cacusso, o Uíge está no topo com uma produção de 743 toneladas de peixe da espécie tilápia

O PREÇO DO CIMENTO começou a registar uma diminuição, passando de 2.500 para 1.700 kwanzas o saco de 50 quilos, doze dias depois da retoma da produção na fábrica da China International Fund (CIF).



DEPOIS DO CENSO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO

Governo investe 26 milhões USD para inquerir rendimento

CALENDÁRIO CENSITÁRIO. Inquérito-piloto sobre despesa, receita e emprego arranca no próximo mês e está orçado em cerca de 26 milhões de dólares.

Por José Zangui

O Instituto Nacional de Estatística (INE) inicia, em Dezembro, o Inquérito sobre Receitas, Despesas e Emprego em Angola (IDREA), no município mais populoso de Luanda, Viana. Trata-se do inquérito-piloto, que, a partir de Fevereiro, deverá abranger as 18 províncias, com um orçamento de cerca de 26 milhões de dólares.

O director do INE, Camilo Ceita, garantiu, ao VALOR, estar assegurado o financiamento para o processo, sendo 16 milhões de dólares pelo Banco Mundial e 10 milhões pelo Governo angolano.

O INE prevê, entretanto, gastar, durante o ano de 2018, cerca de 45 milhões de dólares, num calendário que, para além do IDREA, inscreve a realização do Recenseamento Agro-pecuário e Pescas e o Recenseamento Empresarial e de Estabelecimentos.

Este valor também está assegurado, sendo cerca de 75% por via do Banco Mundial. “A percentagem do Governo é de cerca de 25%, pese



embora os fundos do Banco Mundial sejam provenientes de empréstimos requeridos pelo Governo, o que significa, na realidade, que tudo é dinheiro de Angola em investimento estatístico”, esclareceu Ceita.

No orçamento anual, estão ainda incluídas as actividades de recolha mensal do Índice de Preços do Consumidor, bem como o Índice de Preços no Grossista.

45

Milhões de dólares é orçamento para o calendário estatístico de 2018 do INE

No que ao IDREA diz respeito, Camilo Ceita explicou que, neste momento, estão a ser formados 36 técnicos, em representação de Luanda, Kuando-Kubango, Kwanza-Sul, Bié, Namibe e Zaire.

O inquérito arranca em Fevereiro e deverá abranger as 18 províncias, com o objectivo de actualizar os indicadores sobre receita, despesa e emprego, no país, depois da

realização do Censo Geral da População e da Habitação, em 2014, que actualizou os dados nos 28 milhões de habitantes.

O IDREA, segundo o director do INE, vai durar 12 meses consecutivos, tempo justificado com a necessidade de se recolher a sazonalidade das despesas e receitas dos agregados familiares. A amostra total do inquérito será de 12 mil e 500 famílias.

PUB

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA:
CHEGAMOS A TODAS AS PROVÍNCIAS.

Nova Gazeta

100 MIL. SEM CUSTO.

www.novagazeta.co.ao

Economia/Política

FONTE DO MIREX DECLARA QUE EXISTEM PROTOCOLOS

Angola falha cumprimento de acordos de vistos para empresários

DIPLOMACIA. Fontes afectas ao Ministério das Relações Exteriores garantem que Angola não tem protocolos de facilitação de vistos para investidor com nenhum país, contrariando afirmações da diplomacia francesa.

Por António Miguel

Angola não tem acordos bilaterais de facilitação de vistos para investidores estrangeiros com nenhum país, segundo fontes do VALOR afectas ao Ministério das Relações Exteriores (MIREX).

As fontes reagem, deste modo, às declarações do embaixador de França em Angola, Sylvain Itté, a este jornal, segundo as quais os dois países assinaram um acordo para permitir que ‘homens de negócios’ franceses e angolanos tenham um visto de circulação para um período que vai de um a seis anos.

Segundo Sylvain Itté, em entrevista publicada na edição de 5 de Outubro do VALOR, o acordo foi assinado em Fevereiro de 2015, mas Angola não está a honrar o compromisso. “Não está a resultar. A França, tendo em conta esse acordo, estava a dar vistos de três anos para negócios e para executivos angolanos. Mas, do lado angolano, não se cumpre, então, eu parei de dar vistos para angolanos de três anos”, queixou-se o diplomata francês.

No entanto, fonte do MIREX contraria Sylvain Itté. “Angola ainda não celebrou acordos de vistos para homens de negócios com nenhum país do mundo. Estamos a negociar alguns acordos com países que nos

pediram, mas ainda não há nenhum concluído”, reiterou a fonte, tendo apontado a Argentina, o Uruguai e o Chile como sendo os países que têm negociação em curso com as autoridades angolanas neste sentido.

A mesma fonte afirmou ainda que Angola e a França têm apenas acordo sobre isenção recíproca de vistos de curta permanência para portadores de passaportes diplomáticos e de serviços e acordo de facilitação de vistos de permanência de profissionais e estagiários, estando em vigência os dois documentos.

Diante das informações vindas do MIREX, o VALOR voltou a contactar a Embaixada de França em Angola, tendo o seu assessor de imprensa, Gabriel Nlandu, garantido que o acordo de vistos para investidores foi assinado. O responsável de comunicação provou documentalmente a sua posição. De acordo com documento apresentado pela embaixada de França, o acordo de facilitação de vistos e de permanência assinados pelos dois Estados inclui também empresários e investidores.

Mas de reclamações sobre Angola não é tudo. O embaixador do Brasil, Paulino Franco, também se queixou pelo facto de as autoridades angolanas não estarem a respeitar acordos de vistos assinados entre os dois Estados. Neste caso, não se trata de facilitação de vistos para investidores (como reclama a França), mas de vistos de turismo.

Em entrevista ao VALOR, o diplomata brasileiro afirmou que, no âmbito de um acordo com o Governo angolano, o seu país tem concedido



Manuel Augusto, ministro das Relações Exteriores

MEMORIZE

● O Governo angolano está a preparar uma nova política migratória nacional para facilitar os regimes de concessão de vistos e de contratação de trabalhadores expatriados altamente especializados. Segundo o ‘Plano Intercalar’ do Presidente João Lourenço, a proposta deverá estar pronta durante o primeiro trimestre de 2018 e será elaborada uma nova política migratória.

vistos de turista para angolanos, com validade de um ano e múltiplas entradas. Aquele país da América do Sul, segundo Paulino Franco, concede também a angolanos vistos de trabalho com validade de dois anos e múltiplas entradas, no entanto,

Angola não honra o mesmo compromisso para com os requerentes brasileiros.

Recentemente, o embaixador da África do Sul em território angolano, Faninie Mfana Phacola, afirmou que o seu país “tem tudo feito” para que o acordo de supressão de vistos em passaportes ordinário entre em vigor já no próximo mês, enquanto a parte angolana tem ainda alguns protocolos a analisar. “Aguardámos isso”, sublinha o diplomata sul-africano.

Actualmente e em vigor, segundo dados do MIREX, Angola tem acordos de vistos com 18 países do mundo, sendo que a isenção e facilitação de vistos recai apenas sobre portadores de passaportes diplomáticos, especiais e de serviço, com excepção do acordo assinado com a Namíbia que prevê a supressão de vistos em passaportes ordinários.

Acordos de visto (diplomáticos e de serviço) com Angola

Países e continentes	
ÁFRICA - 4	África do Sul Cabo Verde Moçambique Namíbia
EUROPA - 6	Espanha França Itália Portugal Rússia Suíça
AMÉRICA - 5	Argentina Brasil Cuba Equador Uruguai
ÁSIA - 3	Coreia do Sul China Vietname
TOTAL	18



O PRESIDENTE aprovou a redução de três para dois vice-governadores provinciais, alterando, desta forma, um regulamento que entrou em vigor a 22 de Setembro, quatro dias antes de tomar posse, a 26 de Setembro.



O GRUPO DE PAÍSES AFRICANOS junto das agências das Nações Unidas em Roma aprovou a candidatura de Angola para a sua reeleição ao conselho de administração do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), concorrendo, desta forma, ao quarto mandato.

NORTE-COREANOS DEIXAM ANGOLA

Governo cumpre sanções da ONU contra a Coreia do Norte

EMBARGO. Cerca de três meses depois de a Organização das Nações Unidas acusar Angola de violação das sanções ao regime de Pyongyang, e apesar de o Governo ter negado qualquer incumprimento, cidadãos do país comunista abandonam o solo angolano.

Por António Miguel

nos abandonaram o solo angolano, no âmbito da pressão do CSONU, tendo em conta que o secretário de Estado das Relações Exteriores, Tété António, afirmou que se tratou de “coincidência, o facto de o contrato dos expatriados daquele país ter terminado, numa altura em que as Nações Unidas pediram a Angola o cumprimento da Resolução 2.371”.

Aliás, em exclusivo ao VALOR, o Governo angolano havia já negado qualquer violação do embargo ao regime comunista de Pyongyang. Agora, Tété António volta a esclarecer que não há conflitos. “Estão em fim de contrato. Não há conflito porque a resolução é específica. Esta cooperação não entra em contradição com a decisão do Conselho de Segurança. Cumprimos sempre as obrigações internacionais”, declarou.

Contrariamente à posição oficial, fontes ligadas ao MIREX avançaram que o repatriamento dos ‘pedreiros’ norte-coreanos se enquadra no cumprimento das sanções que pesam sobre o país asiático. A resolução em referência também proíbe todos os novos

Mais de 150 cidadãos norte-coreanos deixaram, recentemente, Luanda, três meses depois de a Organização das Nações Unidas (ONU) ter acusado Angola de violar as sanções impostas à Coreia do Norte.

A saída dos norte-coreanos que trabalhavam no sector da construção civil acontece numa altura em que falta um mês para o fim do prazo (Dezembro) imposto a Angola para responder às acusações de possíveis violações sobre a Resolução 2.371 do Conselho de Segurança da ONU (CSONU), que sanciona a Coreia do Norte.

Para já, as autoridades angolanas não deixaram claro se os norte-corea-



MEMORIZE

● **UM RELATÓRIO DA ONU** indica a possibilidade de envolvimento entre as Forças Armadas Angolanas e peritos de segurança norte-coreanos. No entanto, segundo o MIREX, os repatriados norte-coreanos estavam ligados ao sector da construção civil.



empreendimentos conjuntos ou entidades comerciais cooperativas entre a Coreia do Norte e outras nações e investimentos adicionais já existentes.

As sanções, até agora as mais fortes já aplicadas em resposta a um teste de mísseis balísticos, proibem as exportações de carvão, que são a maior fonte de receita externa da Coreia do Norte, bem como de ferro, minério de ferro, chumbo, minério de chumbo e frutos do mar, que representam a entrada de cerca mil milhões de dólares por ano em divisas.

A resolução, aprovada por unanimidade a 5 de Agosto, reforça as sanções da ONU contra a Coreia do Norte, face aos testes com dois mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), realizados a 3 de Julho de 2017 e a 28 de Julho de 2017. O objectivo é forçar o governo norte-coreano a renunciar o seu programa nuclear e de mísseis balísticos.

Em finais de Agosto, a ONU acusou Angola e Moçambique de viola-

rem as sanções contra o governo da Coreia do Norte, anunciando, em seguida, uma investigação. Um relatório da maior organização internacional indica a possibilidade de envolvimento entre as Forças Armadas Angolanas e peritos de segurança norte-coreanos. No entanto, os repatriados norte-coreanos estavam ligados ao sector da construção civil.

De acordo com dados oficiais do MIREX, os norte-coreanos estiveram envolvidos na construção de vários monumentos, entre os quais o do fundador da Nação e primeiro Presidente angolano, Agostinho Neto, no Largo Primeiro de Maio, em Luanda; o Monumento da Batalha do Cuito Cuanavale; a estátua da Rainha Ginga, em Malanje, bem como o Monumento à Paz, no Moxico, e a Praça da República (mausoléu), em Luanda.

SEGUNDO RELATÓRIO DA KPMG

Crise recua solicitação da auditoria interna

A crise económica implicou uma limitação de desenvolvimento adequado da actividade da auditoria interna e da modernização da própria função, concluiu o primeiro estudo sobre a função da auditoria interna elaborado pela KPMG e apresentado, na conferência Anual de Auditoria

Interna, edição 2017, organizado pelo Instituto Angolano de Auditores Internos de Angola.

Segundo o estudo, metade das organizações que responderam aos inquéritos deu garantias de que mantiveram o orçamento da unidade orgânica da auditoria interna, enquanto 32% tive-

ram o seu orçamento reduzido em mais de 10%.

A redução do orçamento das funções da auditoria interna superiores a 10% foi essencialmente acomodada internamente, na grande maioria dos casos nas despesas de formação 23%, despesas de contratação de serviço e outras

administrativas 15%, viagens no âmbito da auditoria interna 23%, suspensão de contratos de novos recursos 18%, bem como na redução ou eliminação do suporte co-sourcing 6%.

De acordo com o presidente do Instituto dos Auditores Internos de Angola (IIA Angola), Ladislau Ventura, o evento proporcionou momentos de debates actuais e interessantes, bem como constituiu oportunidades de networking

entre profissionais de auditoria interna e controlo interno dos mais variados sectores da actividade.

O IIA Angola é a entidade representativa da comunidade de auditores internos e dos profissionais de controlo interno, que tem como bandeira o fortalecimento metodológico, formação, capacitação permanente dos profissionais que actuam neste segmento.

Economia/Política

ATRIBUIÇÃO DE ALVARÁS EM CAUSA

Governo rectifica ‘Plano Intercalar’

COMÉRCIO. Fontes ligadas ao processo garantem que o recuo no plano de João Lourenço se deve à conclusão de que a eliminação da obrigatoriedade do alvará comercial não “faz qualquer sentido”.

Por Isabel Dinis

A

medida de remoção da obrigatoriedade do alvará para o exercício da actividade comercial, prevista no ‘Plano

Intercalar’ aprovado em Outubro, não deve ser aplicada, apurou o VALOR de fontes ligadas ao dossier que assumem reajustes na estratégia governamental.

O Governo justificou a inclusão da medida com a necessidade de “tornar mais expedito o processo de criação de estabelecimentos comerciais”, mas uma avaliação posterior a nível do Ministério do Comércio precipitou o recuo na decisão gover-

nemental. “Não faz sentido nenhum terminar com a obrigatoriedade da obtenção do alvará, por isso não vai acontecer a remoção, sob nenhuma hipótese”, assegurou a fonte, antecipando que o processo para a devida correcção e consequente eliminação da medida do ‘Plano Intercalar’ “está bem encaminhado”.

A promessa de simplificação do exercício da actividade comercial vem sendo anunciada há vários anos, mas é a primeira vez que se aventou a possibilidade de se acabar com os alvarás comerciais. O discurso oficial foi sempre no sentido de se tornar menos burocrática a obtenção da licença.

Em 2013, por exemplo, foi lançado o alvará em vigor com a garantia de que passaria a ser emitido num período de entre três e oito dias, contra os 30 dias que requeria o documento então substituído. Um objectivo alcançado, segundo o Ministério do Comércio, bem como

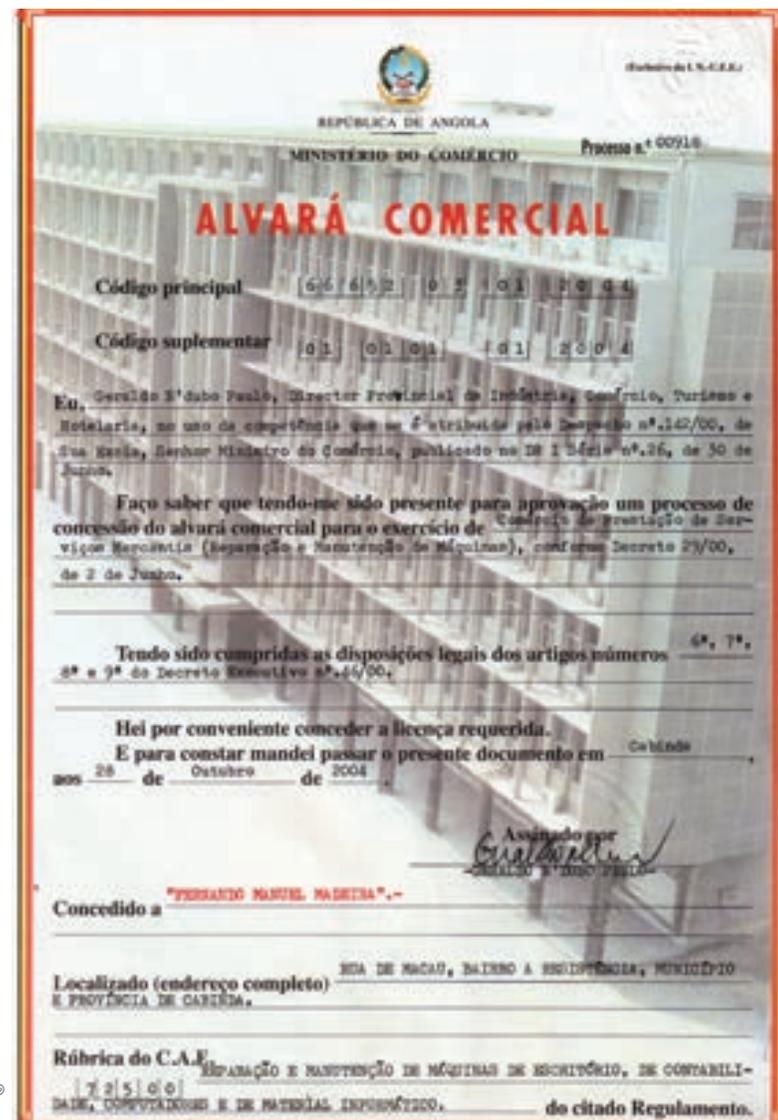
MEMORIZE

● A promessa de simplificação do exercício da actividade comercial vem sendo anunciada há vários anos, mas é a primeira vez que se aventou a possibilidade de se acabar com os alvarás comerciais.

diversos operadores do sector.

O alvará em vigor tem validade de cinco anos, sendo renovado periodicamente, de acordo com a Lei das Actividades Comerciais e do Decreto Presidencial nº 288/10, de 30 de Novembro, que aprova o regulamento das actividades comerciais em Angola.

Sobre as outras medidas relacionadas com o sector do comércio, incluídas no ‘Plano Intercalar’, a fonte avança que não devem ser mexidas, por estarem em “conformi-



dade” e por responderem ao objectivo de se desburocratizar a criação de espaços comerciais.

Entre outras, o ‘Plano Intercalar’, segundo o Governo, pretende reforçar a inspecção sobre a circulação mercantil, de modo a garantir a disponibilidade dos produtos e combater situações que condicionem

o normal funcionamento dos mercados, além da defesa dos interesses do consumidor. O plano governamental prevê também a facilitação e o incentivo à entrada de novos operadores na cadeia logística, sem deixar de parte a melhoria do controlo e o acompanhamento dos circuitos de importação.

INFORMAÇÕES FALSAS

PGR nega processo-crime contra Archer

A Procuradoria-Geral da República nega ter em curso um processo-crime contra o Ministro das Finanças, Archer Mangueira como foi noticiado por diversos órgãos no início da semana passada.

“Da consulta feita nos livros de registos existentes na DNIAP, não foi encontrado nenhum Processo-Crime ou inquérito em que figura como arguido o actual Ministro das Finanças, Sr. Augusto Archer

Mangueira”

A Procuradoria, por intermédio da Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal da Procuradoria-Geral da República (DNIAP-PGR) respondia a uma solicitação do VALOR sobre a veracidade das referidas informações.

Segundo as informações, Archer Mangueira estava a ser investigado pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) em mais de seis processos

por suposto desvios de fundos em mais de seis processos. Na sequência, o SIC também negou na semana passada ter qualquer processo-crime contra o actual ministro.

Na segunda-feira, 20, que seguiu ao final da semana que as informações ocorreram, Archer Mangueira reuniu com os principais colaboradores do Ministério das Finanças, tendo, na ocasião, solicitado serenidade dos mesmos.



A VICE-PRESIDENTE da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de Portugal, Filomena Oliveira, aconselhou o Estado a evitar privatizar empresas públicas com histórico de má gestão.



O MERCADO ANGOLANO poderá, no médio prazo, montar veículos automóveis, como autocarros, tractores e outros equipamentos, no quadro da cooperação existente entre Angola e Bielorrússia.

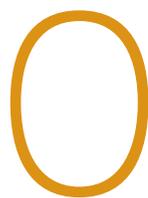


NÚMEROS MUITO AQUÉM DAS NECESSIDADES

Indústria tem um inspector para 570 unidades

INSPECÇÃO. Ministério realizou apenas 216 inspecções até ao início de Novembro, uma média de 0,37 visitas para as 570 unidades licenciadas até 2014. Normas estabelecem um mínimo de duas inspecções por unidade em 12 meses.

Por Valdimiro Dias



Ministério da Indústria tem menos de metade dos técnicos necessários para a inspecção das, pelo menos, 7.410

unidades industriais licenciadas até 2014, contabilizou ao VALOR o inspector-geral Jugolfo Afonso.

De acordo com os cálculos desse responsável, dos 30 inspectores necessários para atender o país, o gabinete de Inspecção da Indústria possui apenas 13 efectivos, o que perfaz uma média de um técnico para cada 570 unidades, tendo como referência as autorizações emitidas até 2014. “O trabalho seria muito mais produtivo se tivéssemos um número de efectivos de 30 técnicos para atender as necessidades em todo o país”, insiste o inspector-geral da Indústria que explica as limitações com a escassez de recursos financeiros para a realização de um concurso público para o provimento de vagas, apesar de entender que as admissões podiam ocorrer por via de contratos administrativos.

Apesar da insuficiência de recursos, Jugolfo Afonso declara que têm procurado cumprir com os objectivos e cita o ‘caso água Clara’, da empresa Felizander, como exemplo de trabalho árduo. “Todos os dias, fazemos inspecções de dimensão nacional. A empresa produtora da água ‘Clara’, por exemplo, foi autuada num domingo”, explica, contabilizando em mais de 216 as inspecções realizadas pelo Ministério de Janeiro a princípio de Novembro.

As normas, como explica Jugolfo Afonso, determinam a realização de,



Jugolfo Afonso,
inspector-geral da Indústria

pelo menos, duas inspecções ordinárias numa única unidade industrial, durante um ano, procedimento que não tem sido cumprido a julgar pelos números acumulados em 10 meses, que perfazem uma média de 0,37 visitas por unidade.

Entre as irregularidades normalmente detectadas, destaca-se o exercício de actividade industrial com alvará caducado, a falta de sinalização no pavimento no perímetro fabril, além da inadequada uniformização do pessoal (sobretudo, falta de capacete, luvas e botas).

No âmbito provincial, a inspecção cabe aos gabinetes provinciais da Indústria, no caso das unidades que estes licenciam. Já os espaços autorizados pelo Ministério ficam sob a fiscalização da estrutura central.

7.410

Unidades industriais licenciadas até 2014

FELIZANDER, ENCERRAMENTO DEFINITIVO À VISTA

A limitação no número de inspectores não impediu o Ministério da Indústria, recentemente, de determinar a suspensão e o encerramento de duas unidades industriais no país. Trata-se das empresas Felizander e Golden Royal Eagle Angola (GRE). A primeira dedicava-se à produção de água de mesa ‘Clara’ cujos processos de tratamento e purificação, de acordo com o Ministério, violam as normas e padrões universalmente

recomendados. A segunda dedicava ao fabrico de batatas fritas pré-fabricadas de marca ‘Fadys’, consumidas maioritariamente por crianças.

O inspector-geral precisou que, na sequência dos resultados laboratoriais, o Ministério decidiu pelo encerramento definitivo da Felizander. “Na posse dos resultados laboratoriais, o Ministério vai chamar os responsáveis da Felizander para notificá-los do seu encerramento” anunciou, explicando que a empresa captava e conservava a água em tanques “inapropriados”, com o processo de tratamento e purificação do líquido a passar por tubagens enferrujadas.

Em relação à GRE, o Ministério mantém a suspensão. “A situação desta fábrica é corrigível. Vamos terminar o processo de inspecção e

incentivar o produtor a dar continuidade à produção, mas, para tal, precisa de conformar-se com as regras existentes no país.”

ROUBOS DE CABOS ELÉCTRICOS

Jugolfo Afonso adiantou também ao VALOR que o Ministério da Indústria, no âmbito da estratégia de combate ao furto de cabos eléctricos, integra uma comissão de trabalho, constituída por efectivos do Serviços de Investigação Criminal (SIC), que está a fazer inspecções em todas as unidades industriais de siderurgia, bem como nas empresas de compra e venda de sucatas, “por existirem evidências que estão a fomentar a prática com prejuízos para o Estado fixados acima dos nove milhões de dólares”.

Mercados & Finanças

COM AS CONVERSACÕES A ARRANCAREM JÁ NOS PRÓXIMOS DIAS

Governo garante não ir além de 15 de Dezembro com o OGE 2018

ORÇAMENTO. MINFIN garante tudo fazer para não furar prazo legal de entrega da planificação orçamental. Documento deve ser debatido pela comissão económica já na primeira semana de Dezembro e deve incluir apenas despesas cabimentáveis. Especialista alerta para possíveis choques entre políticas de cortes e reformas em curso.

Por Nelson Rodrigues

O prazo legal de 15 de Dezembro para a entrega do Orçamento Geral do Estado (OGE) à Assembleia Nacional (AN) não deverá ser rompido, porque as bases gerais da planificação financeira “estão quase prontas”, garantiu ao VALOR fonte do Ministério das Finanças, numa altura em que já se debate a possibilidade de incumprimento dos prazos.

De acordo com a fonte, o Conselho de Ministros deve “apreciar e efectuar possíveis alterações ao documento já esta semana”, quando ficam a faltar perto de 20 dias para o prazo limite para a canalização do documento ao parlamento, para posterior análise e aprovação da planificação orçamental, este que deve aprovar até 15 de Fevereiro. “Vamos entregar o Orçamento dentro do prazo. Daqui a dias, em princípio na primeira semana de Dezembro, o documento vai entrar na comissão económica do Conselho de Ministros, para a última apreciação, antes das últimas correcções e depois é submetido à AN”, sublinhou a fonte das Finanças.

Na semana passada, o VALOR noticiou que, estando a faltar um mês para que o Governo dê entrada do OGE ao Parlamento, corre-se o risco de se iniciar 2018 activando os duodécimos, uma medida prevista pela Lei Quadro do OGE, sobretudo nos anos eleitorais.

Esta não será a primeira vez que o OGE entra em vigor no ano da sua execução devido às eleições. Já em 2013, o documento foi aprovado a 14 de Fevereiro do mesmo ano e entrou em vigor em Março.

O VALOR sabe, entretanto, que, para 2018, o OGE vai dedicar maior atenção ao sector social e cabimentar apenas despesas necessárias, segundo assegurou a mesma fonte, citando referências da secretaria do Estado do Orçamento, organismo ministerial que se ocupa da elaboração das linhas de base do OGE.

“O plano orçamental vai ter um grande pendor social do ponto de vista da despesa, além de que vai adoptar uma postura de maior rigor. Ou seja, só se vai inscrever no Orçamento aquilo que é cabimentável”, descreve a fonte que acompanha de perto os trabalhos de arrumação do OGE 2018.

O Governo está a tentar, na opinião deste alto quadro das Finanças que pediu anonimato, conter a dívida. Ou seja, o Executivo quer que, com aquilo que são as receitas correntes, cobrir o máximo da despesa e incluir apenas na dívida “aquilo que é extraordinário, estruturante e necessário”.



15,8

Por cento, meta de inflação anual, projectada no OGE-2017, cuja execução caminha para as derradeiras semanas.

2,1

Por cento, corresponde à projecção do crescimento do PIB nos fundamentos que norteariam a elaboração do OGE-2017.

5,8

Por cento, défice fiscal estimado inicialmente na planificação orçamental deste ano.

BASES ORÇAMENTAIS INDISPONÍVEIS

Até à tarde da última sexta-feira, nada se sabia sobre os fundamentos de elaboração do Orçamento de 2018, apesar de o ministro das Finanças, Augusto Archer Mangureira, ter vindo a alertar para a necessidade de se manter o rigor na despesa devido ao actual quadro económico e financeiro.

Esta é também uma das medidas do Plano Intercalar aprovado pelo Governo do Presidente João Lourenço, que antecipa medidas de cortes em várias das despesas não rentáveis.

O Governo tinha desenhado, no Orçamento de 2017, um produto interno bruto (PIB) a crescer 2,1% e um défice fiscal a rondar os 5,8%. Já o preço médio do barril do petróleo ficou projectado em 46,00 dólar e uma inflação a aproximar-se na casa dos 16%, precisamente 15,8%.

CORTE NAS DESPESAS CONTRARIA INVESTIMENTO

Para o economista Precioso Domingos, o plano de corte nas despesas públicas previstas no ‘Plano Intercalar’ de João Lourenço contrariam a necessidade de investimento e as reformas em curso. Segundo o especialista, enquanto o Governo não avançar com os pressupostos técnicos de programação macroeconómica, não

deixa muitas margens para projecções do OGE 2018, além de estar receoso com os níveis de défices alcançados nos últimos anos.

“Não nos esqueçamos que o país ainda tem muitas reformas estruturais por realizar. Não sei até que ponto a circunstância em que o país se encontra, de baixos níveis de receitas, pode ser compaginável com uma intenção de redução dos gastos, num momento em que há reformas estruturais por se realizar, não se admitindo um investimento directo estrangeiro considerável fora do sector petrolífero, mas sim nas áreas do interesse do Governo”, alertou o também quadro do Centro de Estudos e de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC).

Precioso Domingos lembra, por outro lado, que o define é que poderá determinar se haverá ou não ajustamentos substanciais nas despesas face aos anos anteriores. “Não nos esqueçamos que, até agora, o défice tem estado acima dos 6%. Não sei se vai ser já desta vez que vamos atingir níveis de défice mais aceitáveis. Não sei se vamos chegar a 4 ou a 3%”, questiona o académico, apontando para possíveis mudanças que o novo PR queira impor no novo quadro orçamental e das alterações que o próprio MINFIN esteja a fazer na programação financeira.

320

O VOLUME DE TRANSACÇÕES realizadas na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) atingiu, de Janeiro a Outubro, 320 mil milhões de kwanzas, um indicador positivo, de acordo com o presidente da Comissão de Mercado de Capitais (CMC), Mário Gavião.

ANTERIOR MEDIDA ERA MUITO CRITICADA PELOS BANCOS COMERCIAIS

BNA ‘congela’ leilões directos e regressa à venda orientada

POLÍTICA CAMBIAL. Novo governador do banco central assina primeira directiva e decide não mais atender a pedidos directos de divisas das empresas. Novo modelo recoloca ministérios que devem determinar prioridades e a quem vender os escassos recursos em moeda estrangeira.

Por Nelson Rodrigues

O Banco Nacional de Angola (BNA) decidiu, novamente, acabar com as vendas directas de divisas às empresas, transferindo responsabilidades aos Ministérios da Economia e do Comércio na identificação dos sectores prioritários no acesso à moeda estrangeira, segundo participantes de uma reunião realizada na semana passada pelo banco central com bancários.

De acordo com as conclusões do encontro, o acesso às divisas por parte dos grandes importadores passa a depender de um licenciamento prévio dos referidos ministérios, que também vão definir a quem atribuir e quais as prioridades.

“A ideia é fazer do BNA um verdadeiro banco central e não um banco central que faz o mesmo que os bancos comerciais – venda de divisas”, comentou um alto quadro da banca comercial que esteve no certame.

Os participantes do encontro asseguraram ao VALOR que a medida visa racionalizar as escassas divisas existentes e está incluída

numa estratégia da nova administração e do Plano Intercalar do Governo de João Lourenço, que programou “fazer pouco recurso às reservas internacionais”, que já andam nos 15,6 mil milhões de dólares.

Não é a primeira vez que o BNA mexe nas regras sobre os leilões de divisas e decide incluir ministérios nos processos de vendas. Até finais do primeiro trimestre, o banco central já tinha definido um critério de vendas que incluía o Ministério das Finanças (MINFIN).

No anterior programa, o MINFIN tinha a responsabilidade de identificar cinco bancos que iriam gerir 80% das divisas, de acordo com os critérios de histórico de operações, capacidades de controlo interno, ‘compliance’ em matéria de branqueamento de capitais e combate ao terrorismo, além do respeito pelas prioridades definidas pelo Governo, robustez e solidez dos bancos.

Oito meses passados e com a recolocação de José Massano à frente da administração do banco central, a autoridade volta a accionar as mesmas regras, que são justificadas, entre outros, com a necessidade de fazer chegar a todos as poucas divisas que estão disponíveis, segundo uma ordem do Presidente João Lourenço, no discurso sobre estado da Nação.



Com a referida decisão, se o cliente for um comerciante e importador, por exemplo, as vendas de divisas passam a ser autorizadas pelo Comércio, assim como ficam para o Ministério da Economia as necessidades prioritárias do sector industrial e empresarial diverso.

A alocação directa foi sempre criticada pelos diversos operadores bancários. Em Agosto deste ano, o bancário Hugo Teles, em entrevista ao VALOR, defendeu a alteração do modelo.

“Só o facto de haver alocações directas de divisas faz com que o banco central não possa, de forma alguma, cumprir determinados pressupostos porque o supervisor é o regulador, a função do banco central é regular e supervisionar, a alocação directa de divisas

é uma maneira de funcionar de um banco comercial”, defendeu.

Na ocasião, argumentou ainda não fazer sentido acusar os bancos comerciais de supostas falcatruas na distribuição das divisas como muitas vezes acontece porque operavam como meros intermediários.

NOVOS LIMITES MÍNIMOS

Por outro lado, destas reuniões, produziu-se uma directiva que o banco central já fez circular pelos bancos comerciais, que define 50 mil dólares como valor mínimo a conceder por banco por cada sessão de venda para “apuramento da venda de divisas” para cobertura de operações de particulares e cartões de marca internacional.

O banco central justifica a ordem com a “necessidade de se

ajustar a metodologia de atribuição de divisas aos bancos comerciais nas sessões de venda, enquanto não é reposto o sistema de leilões”, alterações que devem abranger a cobertura de divisas para operações privadas com viagens, ajuda familiar, saúde, educação, salários de trabalhadores expatriados, remessas de dinheiro e cartões de marca internacional.

De acordo ainda com a directiva do BNA, a medida visa igualmente conferir maior transparência ao processo e previsibilidade aos bancos, bem como reconhecer o esforço de captação e de concessão de crédito a particulares. Portanto, a venda de divisas passa a estar alinhada com a cedência de crédito por parte dos bancos comerciais. Uma posição que também era muito defendida pelos bancos comerciais e foi tema também de conversa na entrevista com o bancário Hugo Teles.

“Esta (crédito) é outra das rubricas que eu penso que deveria ser mandatária na aquisição de divisas ao banco central. Um banco que não dá crédito a ninguém não deveria adquirir divisas porque não está a exercer a sua função de banco. Porque é que eu vou dar divisas a um banco que não produz, não faz acontecer, não contribui para o crescimento do país?”

Por seu turno, o empresário Francisco Viana defende que as regras de distribuição de divisas devem ser transparentes e combinadas com os empresários. “Se colocar a alocação de divisas nas mãos do Governo em vez de estar na mão do mercado, então vamos continuar com tráficos de influências, criar dificuldades para vender divisas e esquemas. Temos de ter coisas transparentes e funcionar como uma sociedade normal”, apelou o líder da Associação dos Empresários de Luanda.

Empresas & Negócios

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES APRESENTOU PREOCUPAÇÃO À AGT

TAAG perde 100 milhões kz com taxa sobre a carga em trânsito

AVIAÇÃO. Companhia aérea nacional sente-se lesada com o pagamento da taxa referente ao transporte de cargas em trânsito, suportada pela ratificação de um decreto legislativo presidencial de 2014.

Ministério dos Transportes que, por sua vez, fez chegar à AGT, “mas ainda não obtivemos uma resposta”.

PRIMEIRO SEMESTRE COM LUCROS

Apesar do prejuízo com as taxas, a companhia registou um crescimento de 78% nos lucros derivados do transporte de cargas, no primeiro semestre do ano em curso em comparação ao período homólogo, segundo nota distribuída no passado mês de Agosto. O referido resultado positivo no negócio do transporte de cargas, porém, não teve reflexo no resultado global da companhia.

No documento, a companhia apresenta a impossibilidade de abastecer em mercados onde o combustível custa menos, comparativamente ao país, como uma das situações que impediram que tivesse um resultado positivo. “Se não fosse a redução no subsídio de combustível e a provisão para o passivo fiscal, a companhia teria sido lucrativa. O prejuízo é ainda agravado pelo facto de a TAAG ter de abastecer as suas aeronaves com o máximo combustível permitido em Luanda, onde é mais caro, na impossibilidade de o poder fazer nas escalas do exterior, onde o combustível é mais barato, devido à escassez de divisas”, explicava a companhia.

A transportadora anunciou ainda prejuízos de 12 milhões de dólares no primeiro semestre, mais do dobro do saldo negativo do ano passado, o que atribui a dívidas de 2010.

A TAAG está a ser gerida por uma comissão de gestão, liderada por Joaquim Teixeira da Cunha, nomeada em Julho do ano em curso, na sequência da rescisão unilateral do contrato de gestão pela Emirates Airlines, que alegou dificuldades na transferência de divisas. Durante a gestão da Emirates, a companhia foi liderada pelo inglês Peter Hill e a sua administração havia anunciado, no final de 2016, a poupança de 70 milhões de dólares, de um objectivo projectado em 100 milhões em três anos de gestão.



A TAAG, está a ser gerida por uma comissão de gestão, liderada por Joaquim Teixeira da Cunha

Por Isabel Dinis

A TAAG já perdeu cerca de 100 milhões de kwanzas desde a implementação, no ano passado, da cobrança de emolumentos gerais aduaneiros da carga em trânsito, revelou uma fonte da companhia ao VALOR.

A introdução da taxa vem expressa na rectificação que foi feita, em Janeiro de 2014, ao decreto legislativo presidencial que aprovou a pauta aduaneira. A correcção revogou as isenções de pagamento de emolumentos gerais aduaneiros

em benefício de qualquer pessoa singular ou colectiva, pública ou privada e passou a vigorar em Outubro do ano passado.

O emolumento de 35.200 kwanzas é cobrado pela Administração Geral Tributária (AGT) às companhias aéreas que transportam carga em trânsito por Luanda, seja ela com destino doméstico, regional ou intercontinental.

O pagamento da referida taxa, que começou a vigorar “de um dia para outro, é uma forma de o Estado arrecadar mais receitas, mas que peca, visto que a mais lesada é a TAAG por ter o monopólio doméstico. As outras companhias não fazem voos domésticos”, explica a fonte, acrescentando que, se a TAP ou outra companhia pres-

35,2

Mil Kwanzas, valor que a transportadora paga por carga no trânsito doméstico

MEMORIZE

- O custo mínimo da carga nas rotas internacionais é de 40 dólares, mas, se chegado a Luanda, esta mesma mercadoria transitar para uma das províncias, a TAAG é obrigada a pagar a referida taxa, ou seja 35.200 kwanzas.

tar o serviço de trânsito, a mercadoria depois é remetida à TAAG que tem de pagar esse valor.

O custo mínimo da carga nas rotas internacionais é de 40 dólares, mas, se chegada a Luanda, esta mesma mercadoria transitar para outra província, a TAAG é obrigada a pagar a referida taxa de 35.200 kwanzas. “Esse valor é superior ao valor que cobramos ao cliente pelo transporte”, reclamou a fonte. “A AGT diz que é uma taxa e eu digo que é uma taxa muito cara. A solução passa por aumentar o valor da carga para o consumidor ou arcamos o valor, daí as perdas”, reforçou.

Segundo apurou o VALOR, a companhia já apresentou, formalmente, o seu descontentamento ao

UM SUPERMERCADO da cadeia Nossa Casa, detido pelo Grupo Noble, foi aberto em Malanje, um investimento que se enquadra na expansão da companhia 'Cash and Carry' já implantada em 14 províncias.



A ASSOCIAÇÃO de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN) vai reflectir a 29 deste mês, em Luanda, sobre 'Telecomunicações: novas fronteiras para os negócios em Angola'.



SOBRE A MESA ESTÁ A DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA ODEBRECHT

Alrosa garante controlo de 41% de Catoca

DIAMANTES. Multinacional russa é detentora, actualmente, de 32,8%, tal como a Endiama. Com reforço da posição, poderá passar a accionista maioritária, caso a Endiama não faça o mesmo investimento.



Sergey Ivanov,
presidente da ALROSA

Por César Silveira

A

diamantífera russa Alrosa assegura que terminará o ano com uma participação de 41% na Sociedade

Mineira de Catoca (SMC), o que representará um aumento 8,2 pontos percentuais, face à parcela actual de 32,8%.

A garantia está expressa num texto publicado no site oficial da empresa, no entanto, esta não é a primeira vez que a multinacional menciona o referido aumento. No início deste segundo semestre, o presidente da companhia, o russo Sergey Ivanov, na sequência da realização da assembleia-geral extraordinária, referiu a intenção de ver a sua empresa crescer na estrutura da SMC. "A Alrosa também planeia aumentar sua participação na Catoca Ltd Mining Co até 41%", adiantou, na altura. Desta vez, o anúncio dos russos passa da intenção para a concretização do controlo de quase metade da sociedade até ao fim do ano.

Tal como nas ocasiões anteriores, a empresa não avança detalhes

sobre o negócio que deverá proporcionar o anunciado aumento da participação na estrutura accionista da mina, mas observadores do sector admitem estar em cima da mesa a aquisição de metade dos 16% detidos pela brasileira Odebrecht, possibilidade, entretanto, rejeitada por fonte da sociedade.

"Este aumento deve resultar de um outro movimento e não da compra da participação da Odebrecht, porque esta será distribuída pelos vários parceiros", declarou. A mesma que avança que o dossier da distribuição da participação da Odebrecht "encontra-se bem encaminhado e deverá ser con-

cluído em Dezembro, altura em que está marcada a assembleia-geral", afiança.

A concretizar-se o referido aumento, a diamantífera russa poderá passar para a posição de accionista maioritário da sociedade, caso a Endiama não faça um investimento na mesma pro-

porção, visto que, neste momento, cada uma das empresas é detentora de 32,8% da sociedade, enquanto os chineses da LLI possuem 18%.

A Odebrecht acertou com a sociedade a venda da sua participação no passado mês de Agosto, altura em que a Catoca explicou que a parcela dos brasileiros seria distribuída pelos restantes parceiros sem, no entanto, adiantar as proporções nem o valor que a brasileira receberá pelos 16,4% da mina.

Em 2016, Catoca representou cerca de 86% da produção nacional, em termos de volume, e cerca de 60,3% em termos de valor, tendo registado aumento nas vendas de cerca de 11,7 milhões de dólares face aos 581,87 milhões de dólares do ano anterior. Para este ano, a empresa perspectiva vendas no valor de 138 milhões de dólares, segundo recente entrevista à Angop de Sergei Amelin, presidente do conselho de gerência da SMC.

A Alrosa opera em nove países e em 10 regiões na Rússia. É líder mundial na produção diamantífera com 95% da produção russa e 28% da extracção global de diamantes. Nos primeiros nove meses do ano em curso, obteve receitas de 3,7 mil milhões de dólares e lucro líquido de 1,06 mil milhões.

Resultados dos últimos 5 anos

Valor expresso em milhões de dólares



Fonte: relatório e contas da SMC

Empresas & Negócios



ANGOSAT COM MAIS DE 65% DA CAPACIDADE RESERVADA

Satélite angolano com ambições internacionais

TELECOMUNICAÇÕES. Países vizinhos congolezes são os principais clientes do primeiro satélite angolano. A Inframat conta ainda seduzir mais os mercados internacionais, sobretudo o europeu, em áreas como telecomunicações, média, defesa e segurança e petróleos.

Por Valdimiro Dias

Empresas ligadas às telecomunicações, média, defesa e segurança, petróleos e prestação de serviços reservaram mais 65% da capacidade do Angosat, o único satélite angolano. O lançamento em órbita está marcado para o próximo dia 7 Dezembro, a partir do cosmódromo internacional de Baikonur, no Cazaquistão.

A confirmação destes dados foi dada pela administradora da Inframat, Emília Dias, durante o Fórum de Oportunidades de Negócios,

realizado entre 19 e 25 de Novembro. Emília Dias destacou ainda “a área de prestação de serviços com realce para as ‘startups’ que procuram soluções de negócios com o Angosat”.

O raio de acção do satélite abrange todo o continente africano e parte da Europa e, tecnicamente, vai trabalhar em duas bandas. A primeira é a ‘C’ e a segunda a ‘KU’. Na perspectiva comercial, a gestora da Inframat revelou que 65% da Banda ‘KU’, a mais procurada, já se encontra reservada, restando 35% disponível.

Relativamente à Banda ‘C’, cuja maior procura provém do mercado externo, ainda estão disponíveis para a comercialização 82%, ou seja, foram apenas vendidos 18%.

Na distribuição de cada uma

das bandas, na ‘C’, do total já reservado, 87% foi absorvido pelo mercado interno e os restantes 13% pelo externo, enquanto na banda ‘KU’ 53% foi vendida para o mercado internacional, ficando o interno com os restantes 47%.

Países como a República Democrática do Congo (RDC) e a República do Congo aparecem como os principais clientes, sendo que, na Europa, a Inframat continua a negociar com alguns países, com destaque para a Bélgica.

Durante o último ano, a Inframat dedicou-se à promoção da marca Angosat no mercado internacional. Uma tarefa que, segundo a gestora, “se impunha pela concorrência num mercado que conta com rivais com mais de 50 anos de experiência na indústria espacial”.

O ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, prometeu “tudo fazer para recuperar o valor investido”, avaliado em cerca de 320 milhões de dólares. Esta verba serviu para a construção do próprio satélite, o aluguer da posição orbital, assim como para desenvolver o segmento terrestre entre outras acções constantes no projecto.

A Inframat foi, durante anos, a unidade de negócios da Angola Telecom para telecomunicações via satélite, mas passou a sociedade anónima Inframat-Telecomunicações com 40% do capital social à pertencer a Angola Telecom e o restante distribuído pelos privados GAFP - Investimentos e Participações SA (30%), Lello SA (20%) e Macgra - Importação e Exportação SA (5%).



Produção de açúcar da Biocom atinge 63 mil toneladas

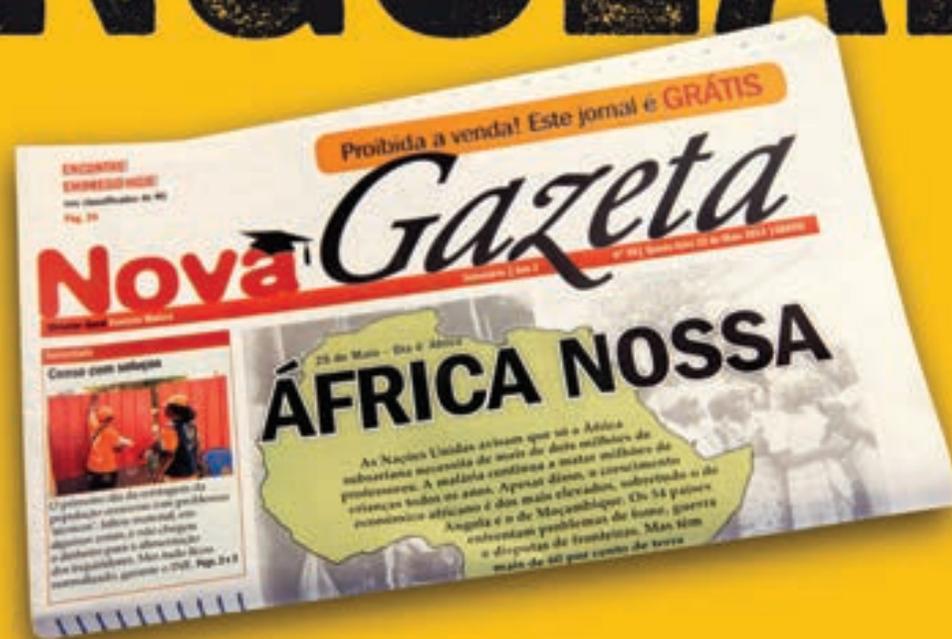
A Biocom companhia de Bioenergia de Angola prevê produzir, até ao fim de 2017, mais de 63 mil toneladas de açúcar, quando a terceira colheita ficar concluída, disse o director de produção.

Segundo Fernando Guerra, a extracção industrial da cana-de-açúcar “está mesmo acima da média registada no Brasil” e a produção de açúcar mantém a tendência para o crescimento, fazendo parte dos planos da empresa assegurar, em 2021, “boa parte da procura do país.”

Angola consome actualmente cerca de 300 mil toneladas por ano, pretendendo a companhia estar a produzir naquela data cerca de 256 mil toneladas de açúcar, de acordo com o Jornal de Angola.

A Biocom investiu 12 milhões de dólares na campanha prestes a terminar na compra de novos equipamentos, nomeadamente tractores agrícolas, equipamentos para a produção de biomassa, bem como de auxílio à preparação do solo e do plantio.

100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

(In)formalizando



Semana global do empreendedorismo juntou vários jovens

‘ACELERA ANGOLA’ PROMOVE CONCURSO PARA JOVENS

Pequenos negócios ganham patrocínio pela inovação

INOVAÇÃO: Projecto de produção de detergentes sem químicos, batata-doce frita empacotada e serviços de massagens rápidas nas paragens de táxi foi o eleito entre 15 candidatos de um concurso que pretende promover ideias de negócios.

Por António Miguel e José Calebe

Três planos de micro e pequenos negócios assinaram contratos de patrocínios, durante a Semana Global do Empreendedorismo (SGE), um evento realizado recentemente em Luanda.

Elaborados por jovens empreendedores, os projectos foram eleitos através de um concurso efectuado pela ‘Acelera Angola’, a empresa organizadora da SGE, no país. O primeiro classificado foi o

projecto ‘Fortaleza’, ligado à produção de detergentes sem químicos para diferentes tipos de limpeza, incluindo a pessoal. O produto tem por base a soda cáustica e casca de limão e, segundo os promotores, em breve, estará disponível em alguns pontos de vendas, tendo criado já cinco empregos. Com o financiamento, os autores da ideia pretendem aumentar a produção e expandir o negócio.

Na segunda posição, foi eleito o ‘Batatas Imbumbáveis’, um projecto que pretende transformar batata-doce em pré-frita empacotada. De autoria de três jovens, de 22 anos, a ideia, que chamou a atenção do júri, tem como meta produzir 600 mil toneladas/ano de batata-doce frita. “O produto

MEMORIZE

● A **Semana Global do Empreendedorismo**, além de Angola, decorreu em mais de 150 países. Começou há 10 anos, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América. De lá para cá, já foram realizados 35 mil eventos no mundo, com a participação de mais de 50 milhões de pessoas.



vai estar no mercado com uma grande quantidade de nutrientes e de vitaminas”, garante o presidente do conselho de administração da ‘Acelera Angola’, José Santos.

‘Quic Massagens’, um empreendimento que pretende desenvolver serviços de ‘massagem rápidas’ nas paragens de transportes públicos (autocarros e táxis), ficou em terceiro lugar. De acordo com os promotores da ideia, o objectivo é “oferecer um serviço de relaxe”, que ajude os clientes a reduzir o stress pré ou pós-laboral, bem como do provocado pelos engarrafamentos no trânsito ou por situações diversas. “Inclui massagens rápidas com técnicas provenientes do ‘shiatsu’ (método terapêutico originado no Japão entre o final do século XIX e início do século XX) e do ‘anma’ (massagem de origem indiana assimilada e divulgada por terapeutas do Japão e da China). “As massagens buscam o relaxamento, bem-estar e o equilíbrio emocio-

nal e físico”, explicou Jurema Costa, fundadora do Quick Massage.

Por sua vez, José Santos elogiou a “ideia bastante inovadora e que promete criar muitos empregos”.

Os vencedores do concurso vão beneficiar, durante um ano, de consultoria jurídica do escritório de advogados Fátima Freitas, enquanto a Net One comprometeu-se a oferecer aos jovens internet gratuita através da plataforma ‘Moov On’. A ‘Acelera Angola’, por sua vez, ofereceu aos vencedores um espaço para a instalação dos seus escritórios, com estadia gratuita.

No concurso da Semana Global do Empreendedor, participaram 15 projectos, entre os quais um já em funcionamento no Zango, em Luanda, que visa dar formação a pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva, de modo a serem inseridas no mercado de trabalho, principalmente na distribuição.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

DE JURE

APÓS FALHAR NA RESOLUÇÃO EXTRA JUDICIAL

AADIC leva Epal a tribunal

JULGAMENTO. Associação diz que pretende, com esta acção, um esclarecimento de “coisas obscuras” constantes na factura da EPAL, sobre a descontinuidade no fornecimento da água, para além da reposição da legalidade em relação à taxa de religação.

Por António Nogueira

A Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) intentou uma acção judicial contra a Empresa Pública de Água (EPAL) no Tribunal Provincial de Luanda, alegando, entre outros motivos, o excessivo valor da taxa de religação e a elevada tarifa da cobrança por estimativa, noticiou a Angop.

Das causas arroladas no processo, que deu recentemente entrada no tribunal, constam também a descontinuidade no fornecimento de água

potável, a legitimidade da cobrança por estimativa e a unidade de consumo de contadores, legalidade do aluguer dos contadores e da estrutura de custo da quota de serviço da taxa de saneamento.

O vice-presidente da associação, Lourenço Texe Armando, explicou, em conferência de imprensa, realizada na passada quarta-feira, que pretendem com a acção um esclarecimento de “coisas obscuras” constantes na factura da EPAL, sobre a descontinuidade no fornecimento da água, a reposição da legalidade em relação à taxa de religação (20 mil kwanzas) e uma indemnização de 200 milhões de kwanzas.

A organização entendeu levar o assunto a tribunal, segundo o seu vice-presidente, por as tentativas de



resolução extra-judicial não terem resultado e pelo elevado número de reclamações sobre o assunto que recebem desde 2013.

Lourenço Texe Armando alertou, por outro lado, que se a EPAL, como é prática, efectuar cortes selectivos de água potável por ocasião do fim de ano, a AADIC solicitará uma providência cautelar para impedir o efeito do eventual interesse da empresa.

Grande parte das reclamações e queixas sobre o assunto foram apre-

sentadas por moradores das centralidades do Kilamba e do Sequele, em Luanda, de acordo com a AADIC.

A propósito do assunto, a representante dos moradores da centralidade do Kilamba, Ludmila Dinis, disse que a EPAL sempre evitou o diálogo mesmo em meio às manifestações dos moradores, tendo lamentado também o facto de lhes ser fornecido, em muitos casos, água imprópria para o consumo aliado ao facto de, não poucas vezes, quando

há corte de energia, as bombas, por estarem cansadas, não transportam a água aos apartamentos além do quinto andar.

AADIC é uma Instituição de direito privado sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, vocacionada para a defesa dos legítimos interesses dos consumidores. A Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) foi criada em 2010 e adquiriu personalidade Jurídica a 10 de Janeiro de 2013.

APÓS 25 ANOS DE ACTIVIDADE

TPI encerra em Dezembro

Criado em pleno conflito dos Balcãs, o Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia (TPI) encerra as actividades em Dezembro, após dedicar quase 25 anos a ouvir e a julgar os responsáveis pelos piores crimes de guerra já cometidos na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Na passada quarta-feira, este tribunal, com sede em Haia, condenou à

prisão perpétua Ratko Mladic, ex-chefe militar dos sérvios da Bósnia, por genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade. Segundo os especialistas, o tribunal deixa um legado impressionante: ajudou a escrever a história do conflito, advertiu os criminosos de guerra de que também podem ir parar no banco dos réus e esboçou os contornos de uma jurisprudência internacional para crimes, como o de genocídio.

“O TPI mostrou que, sim, era possível levar à Justiça personali-

dades de alto nível responsáveis por crimes” nesta guerra, analisa Diana Goff, advogada internacional e pesquisadora do Instituto Clingendael.

Alertada na época pelos massacres, estupros sistemáticos e limpeza étnica registados numa Jugoslávia tensionada por rivalidades internas após a morte do marechal Tito, a comunidade internacional decidiu reagir.

Na falta de vontade política para realizar uma intervenção militar, o Conselho de Segurança da ONU

adoptou, em 1993, a resolução 827, que criava um tribunal internacional “para pôr fim a esses crimes e levar as pessoas responsáveis à Justiça”.

O TPI foi o primeiro tribunal para crimes de guerra estabelecido pelas Nações Unidas e o primeiro tribunal internacional instalado após os processos de Nuremberg contra os líderes nazistas.

O tribunal também devia servir de modelo para os tribunais ad hoc similares encarregados de processar os responsáveis pelo genocídio

no Ruanda, de 1994, e pelas atrocidades da Serra Leoa.

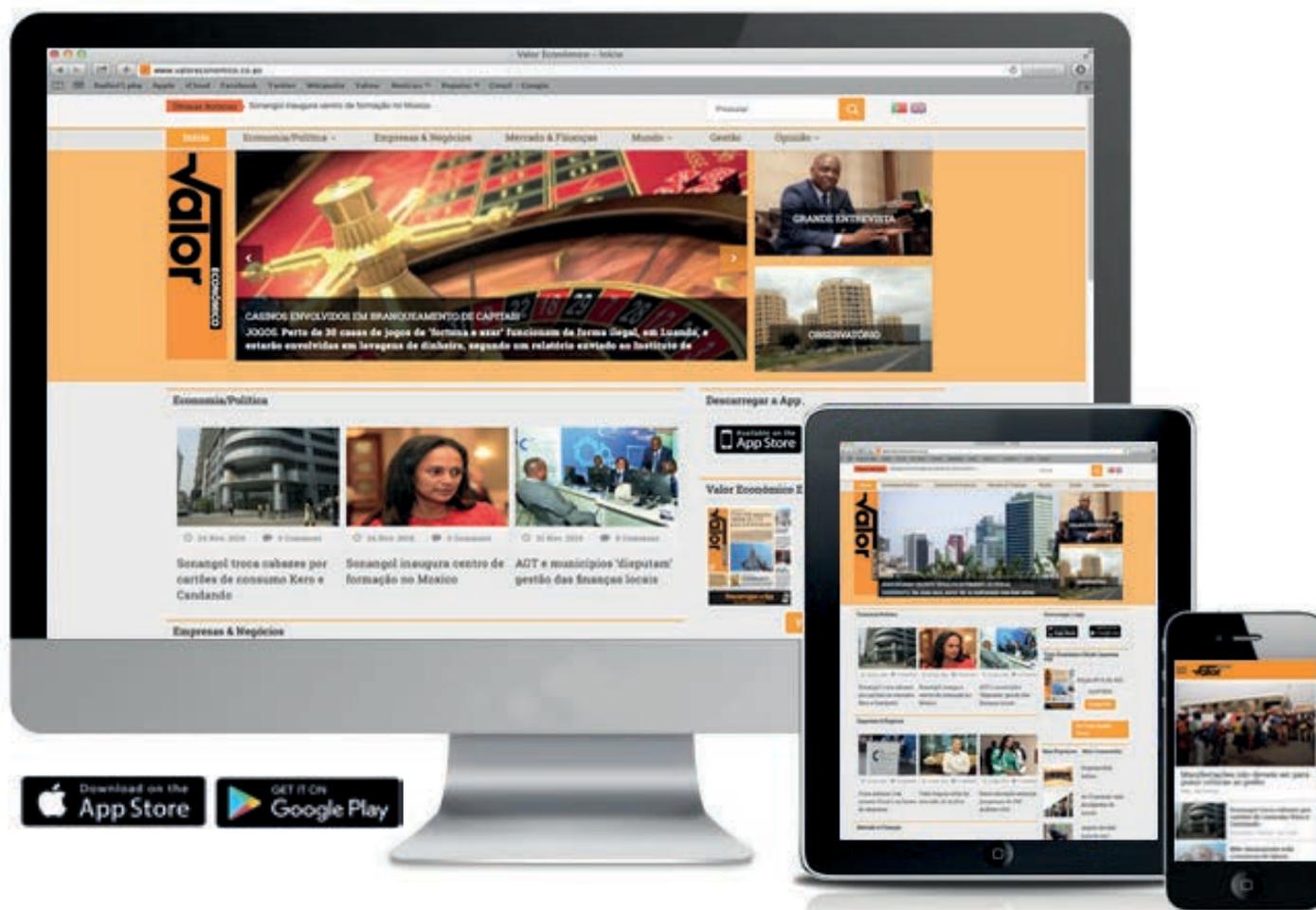
Agora, no momento em que o tribunal se prepara para fechar as portas, a 31 de Dezembro, com um balanço de 161 réus processados, celebra-se que tenha instaurado parâmetros para investigar, processar e definir crimes tão complexos quanto o genocídio. Tornou-se o primeiro tribunal internacional que processou um chefe de Estado no exercício do cargo: o presidente sérvio, Slobodan Milosevic, em 1999.

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao

comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 (Arieth Lopes), 941 784 792 (Geovana Fernandes)

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola

Gestão

MÁS SUGESTÕES PODEM VIR DE FAMILIARES

Os conselhos que deve evitar na vida profissional



CARREIRA. Alguns desses conselhos são tão comuns que parecem ter virado “regra” no meio corporativo, indica um estudo da Robert Half, uma empresa de consultoria norte-americana, recentemente divulgado.

Por Redacção

Um estudo realizado pela empresa de consultoria Robert Half, com mil trabalhadores dos Estados Unidos da América (EUA), indica que 66% deles já receberam um conselho que se revelou catastrófico para a carreira profissional. Desses, 35% atribuíram a má orientação a um amigo próximo. A pesquisa revela igualmente que 14% dos profissionais entrevistados responsabilizam os próprios familiares, nomeadamente os seus pais, por maus conselhos para a carreira, 10% um parente, 9% um professor ou mentor, 4% um supervisor e 1% um cônjuge. Alguns desses conselhos são tão comuns que parecem ter virado “regra” no meio corporativo, indica o estudo da Robert Half. A consul-

tora seleccionou algumas das sugestões profissionais que costumam receber com frequência, mas que, na prática, se revelam prejudiciais para quem quer crescer na carreira e ter sucesso. Confira abaixo quais são:

- “Minta no seu currículo, já esperam que você faça isso mesmo”. Segundo a consultora Robert Half, mentir no currículo é um acto perigoso, pois o documento consiste “no primeiro contacto” entre o candidato e o recrutador. “É quem, na prática, vai abrir ou fechar as portas. Uma mentira ali, portanto, tende a colocar em dúvida tudo o que o candidato defenderá posteriormente”, refere o estudo. Se o seu receio é não ter a experiência adequada para a vaga, por exemplo, uma melhor estratégia é ressaltar outras qualidades e aspectos que podem interessar à empresa, sugere ainda a pesquisa.
- 2). “Não faça muito para não ganhar mais trabalho”. É consensual que,

quanto mais eficiente o profissional for, provavelmente mais tarefas irá receber. E este é, sim, segundo o estudo, um bom sinal de desenvolvimento na sua carreira. “Assumir responsabilidades é uma excelente estratégia para os profissionais que desejam destacar-se no mercado, principalmente em momentos desafiantes”. Ficar na zona de conforto a fazer o básico não é o mais indicado.

- “Faça seu currículo bem detalhado e longo” Como os recrutadores têm cada vez menos tempo de avaliar todos os currículos que recebem, a sugestão da consultora é montar um currículo de, no máximo, duas páginas. O documento precisa de ser objectivo e trazer as principais conquistas profissionais nos cargos ocupados durante a carreira. Outra dica é elaborar o currículo de acordo com a vaga. Coloque palavras-chave, por exemplo, que tenham relação com aquilo que a empresa está à procura. “Res-

salte aquilo que você tem e que pode chamar a atenção daquele recrutador específico”, sugerem os consultores da Robert Half.

- “Não treine para a entrevista”. Pode parecer asneira, mas algumas questões simples fazem toda a diferença num processo selectivo, segundo o estudo. É importante saber não somente o que dizer, mas o que vestir, por exemplo.

- “Não faça amizade com seus colegas de trabalho”. Pelo contrário. Criar laços e fazer amizades no ambiente de trabalho pode ser uma das maiores motivações de um profissional para ir trabalhar, indica a pesquisa.

- “Inscreva-se numa vaga mesmo sem fazer uma pesquisa”. Este é um dos maiores erros, segundo a Robert Half, porque muitas pessoas descobrem na sala de entrevista que não têm afinidade com o perfil da empresa, moram longe da sede da companhia ou não possuem habilidades para desenvolver as tarefas exigidas.

- “Aproveite-se do trabalho dos outros para que você possa avançar”. Não é recomendado tomar essa decisão, aconselha o estudo. “Ao longo da carreira, procure destacar as suas qualidades, identificar pontos de melhoria e evoluir sempre que possível. Aceite ajuda, quando julgar oportuno e atribua o crédito das acções, como gostaria que fizessem com você”, sugere a consultora.

- “Permaneça numa função em vez de crescer dentro da empresa”. Este é um conselho errado, segundo a consultora Robert Half, independentemente do estágio de carreira em que você estiver. É sempre importante reavaliar quais são os seus objectivos profissionais e, no caso de estar numa posição com a qual está satisfeito, procure expandir as suas habilidades.

A Economia de Plataforma



ANNE MARIE
SLAUGHTER



AUBREY
HRUBY

Enquanto os países desenvolvidos da Europa, América do Norte e da Ásia envelhecem rapidamente, as economias emergentes são predominantemente jovens. Os jovens nigerianos, indonésios e vietnamitas moldarão as tendências globais de trabalho a um ritmo cada vez mais rápido, trazendo a sua experiência dos mercados informais dinâmicos para uma economia cada vez mais tecnológica e digital.

Não passa um dia sem que haja um novo artigo, conferência ou iniciativa de investigação dedicada ao futuro do trabalho. Os robôs estão a chegar ou, então, não estão a chegar tão depressa quanto pensamos; E quando chegarem, vão substituir todos os trabalhadores ou, pelo contrário, vão criar tantos empregos quanto os que destruirão. E assim vamos. Mas e se, em vez de tentarmos prever o futuro, analisássemos as realidades que existem actualmente para milhões de pessoas?

Cerca de 80% da população global vive em economias emergentes - definidas por mercados informais e estruturas de emprego flexíveis. A SHIFT: Comissão de Trabalho, Trabalhadores e Tecnologia convidou grupos de cinco cidades dos Estados Unidos para imaginarem quatro cenários em torno de dois eixos de mudança - mais ou menos trabalho; e mais empregos ou mais tarefas. Os participantes foram divididos em relação à quantidade de trabalho futuro, mas quase todos previram a contínua desagregação de empregos em tarefas tanto em trabalhos de baixa como de alta especialização, desde a condução até à advocacia. Esta é a realidade actual nas economias emergentes.

Examinar os padrões de trabalho nestes diversos países gera três lições essenciais. Primeiro, as pessoas recorrem-se de múltiplas actividades laborais para assim obterem rendimentos de mais de uma fonte. Em segundo lugar, as economias de plataforma estão a emergir de forma rápida e assentam em redes tradicionais. Finalmente, estes padrões de trabalho andam geralmente de mãos

dadas com as desigualdades dramáticas de rendimento.

A flexibilidade e a incerteza definem os mercados informais nos países em vias de desenvolvimento. Os homens e as mulheres mais afortunados que têm empregos formais (menos de 40%) muitas vezes têm “biscates” através dos quais vendem o seu tempo, experiência, rede ou ideias a outros num esforço para se protegerem contra um mercado de trabalho incerto. Um provérbio nigeriano - “Tem um trabalho das 9h às 17h, um trabalho de 17h às 21h e um ao fim-de-semana” - descreve adequadamente o ambiente de trabalho “em camadas”.

O mesmo padrão está a começar a surgir também nos países mais desenvolvidos. Um relatório do Instituto da JP Morgan-Chase concluiu que os empregos de plataforma são, na sua maioria, uma fonte de rendimento adicional, utilizados para compensar as oscilações no rendimento regular.

Uma diferença fundamental, porém, é que nas economias emergentes as redes flexíveis de indivíduos ou pequenas empresas ocupam o lugar dos empregadores formais. O sector informal do Quénia - apelidado de Jua Kali (“sol quente”) em Kiswahili - é o principal criador de emprego do país. O estudo económico de 2017 no Quénia demonstra que o Jua Kali gerou no ano anterior 747.300 empregos, enquanto o sector formal adicionou apenas 85.600.

O Jua Kali inclui associações sectoriais entre trabalhadores e artesãos que remetem para as cooperações medievais. As associações de - carpinteiros, mecânicos, canalizadores, etc. - permitem economias agrupadas, oferecem oportunidades para actualizar competências e criam uma forma de regulamentação do mercado.

À medida que a tecnologia foi sendo adicionada, muitas das associações estão agora online de modo a equilibrar, de uma forma mais eficaz, a oferta e a procura no mercado de trabalho informal. A Go-Jek na Indonésia (trocadilho de ojek, um táxi de motocicleta) é uma empresa no valor de 2,5 mil milhões de dólares que faz entregas de tudo um pouco, desde comida até cabeleireiros, de motocicleta, atra-

vés de uma aplicação. A empresa, com mais de 200 mil motoristas na plataforma, aumenta a produtividade dos indonésios face ao tráfego caótico.

O mercado de serviços jurídicos de baixo custo em Accra, no Gana, faculta outro exemplo interessante. O jornalista Joseph Warungu descreve um “beco estreito nas traseiras dos tribunais” repleto de notários, comissários para juramentos, escritores de cartas e advogados que oferecem serviços desde declarações de testemunhas a contratos, todos “processados de forma eficiente e a um preço amigável”. Este beco é uma plataforma, que reúne vários vendedores de serviços jurídicos distintos, juntamente com compradores, em contraste com um escritório de advocacia tradicional, que exige que os clientes adquiram múltiplos serviços da mesma fonte. Somente precisa de migrar para o formato online.

As economias desenvolvidas estão apenas agora a recuperar o atraso. Bliss Lawyers tem “um banco” de mais de 15 mil advogados em todo o EUA que recebem mais de 200 USD/hora por “trabalharem numa base de compromisso para clientes de departamentos jurídicos internos e escritórios de advogados”. De uma forma mais abrangente, o Grupo Business Talent fornece “talentos empresariais a pedido”, através de uma ampla gama de serviços profissionais.

Os mercados emergentes também servem de aviso sobre as desvantagens da economia a pedido (on-demand). Pois detêm alguns dos mais altos níveis de desigualdade no mundo. As 50 economias mais desiguais do mundo estão na África Subsaariana e na América Latina, e a África do Sul recebe o prémio pela maior desigualdade de rendimentos.

Os mercados informais, a dificuldade no acesso a financiamento e as poucas oportunidades educacionais nestes países continuam a dificultar a maioria das pessoas em situação de pobreza relativa. As plataformas de economia gig (digital e a pedido) que oferecem pequenos empregos, sem benefícios ou progressão na carreira, podem complementar o rendimento regular e assegurar outros empregos,

mas não contribuem para a segurança e oportunidades de progresso de um emprego formal. Em boa verdade, a maioria dos trabalhadores do mercado emergente recorre à economia gig, não por desejo de flexibilidade ou para seguir as suas paixões, mas simplesmente para fazer face às despesas.

No entanto, os mercados informais nos países em vias de desenvolvimento fornecem um vasto campo de experimentação para transformar uma miscelânea de empregos num caminho ascendente e constante para os trabalhadores. Adequar a oferta educativa de modo a permitir que os trabalhadores obtenham as competências a pedido (on-demand) necessárias sempre que necessitarem e criar histórias de trabalho verificáveis através de um protocolo de confiança (blockchain), são duas maneiras de ajudar os trabalhadores da economia gig a encontrar oportunidades adequadas de forma mais eficiente e atraírem assim mais valor com a venda do seu trabalho.

Enquanto os países desenvolvidos da Europa, América do Norte e Ásia envelhecem rapidamente, as economias emergentes são predominantemente jovens. Em 2040, um em cada quatro trabalhadores em todo o mundo será africano. Eles são o produto dos mercados informais dinâmicos, e tal facto deverá facilitar a sua integração numa economia gig cada vez mais tecnológica e digital. Os jovens nigerianos, indonésios e vietnamitas moldarão as tendências globais do trabalho a um ritmo cada vez mais rápido. Há que aprender com eles hoje, para prepararmos o amanhã.

Anne-Marie Slaughter, ex-diretora de planeamento de políticas no Departamento de Estado dos EUA (2009-2011), é presidente e CEO do think tank New America, Professora Emérita de Política e Assuntos Internacionais da Universidade de Princeton e autora de Negócios inacabados: Mulheres, Homens, Trabalho e Família.

Aubrey Hruby é co-fundadora da África Expert Network e Senior Fellow no Atlantic Council.

A flexibilidade e a incerteza definem os mercados informais nos países em vias de desenvolvimento. Os homens e as mulheres mais afortunados que têm empregos formais (menos de 40%) muitas vezes têm “biscates” através dos quais vendem o seu tempo, experiência, rede ou ideias a outros num esforço para se protegerem contra um mercado de trabalho incerto.

Internacional



A Nigéria é fortemente dependente das receitas de exportação de petróleo

ESPECIALISTAS FALAM EM PREVENIR-SE “CONTRA” O PETRÓLEO

Nigéria investe no biodiesel

ENERGIA. Maior produtor de petróleo do continente começa a dar sinais de estar a preparar-se para um futuro sem o valor daquele que é, actualmente, o seu maior produto de exportação, o petróleo.

Por Redacção

A Nigéria, maior produtor petrolífero do continente, vai investir no biodiesel e a companhia petrolífera estatal da Nigéria, NNPC vai liderar o processo, tendo já rubricado, este mês, acordos com autoridades

locais de dois estados onde serão implementados os projectos

Na semana passada, rubricaram o segundo e foi com estado de Kebbi, no nordeste da Nigéria, que permitirá a construção do projecto com capacidade de produção estimada em cerca de 84 milhões de litros de bioetanol, derivado de mandioca e cana-de-açúcar.

Anteriormente, a petrolífera assinou um contrato preliminar com o governo do estado de Ondo para um projecto que terá a capacidade de 65 milhões de litros de bioetanol, para usar a mandioca como matéria-prima. Esse projecto, de acordo com o director-gerente do grupo NNPC Mai-kanti Baru, também envolveria investimentos estrangeiros.

O objectivo de apostar numa indústria de biocombustíveis foi, entretanto, anunciado pela primeira vez, pelo governo nigeriano, no passado mês de Fevereiro, com um plano para estabelecer um fundo de 50 milhões de dólares que servirá para desenvolver a produção de biocombustíveis. Os fundos serão fornecidos a um Biofuels Equity

149

Milhões de litros de bioetanol é a capacidade acumulada de produção de dois projectos previstos no país

MEMORIZE

● O objectivo de apostar numa indústria de biocombustíveis foi anunciado, pela primeira vez, pelo governo nigeriano, no passado mês de Fevereiro, com um plano para estabelecer um fundo de 50 milhões de dólares que servirá para desenvolver a indústria.

Investment Fund, que será obrigado a investir um mínimo de 5% em projectos relacionados com biocombustíveis.

Para encorajar a indústria, o governo da Nigéria implementou

incentivos fiscais e disponibilidade de concessão para empresas privadas envolvidas no cultivo de produção de biocombustíveis. As empresas que actuam na área de biocombustíveis também receberam uma isenção de direitos de importação, nos primeiros cinco anos, bem como despesas relacionadas a materiais, instalações e máquinas envolvidas na produção de biocombustíveis.

INVESTIR CONTRA INCERTEZAS DO PETRÓLEO

A aposta do maior produtor de petróleo de África com 1,8 milhões de barris/dia. É encarada, pelos diversos especialistas internacionais sobre questões energéticas, como forma que o país encontrou para defender das “incertezas” sobre o futuro do petróleo face ao investimento, cada vez maior, dos defensores das energias renováveis.

“A Nigéria é fortemente dependente das receitas de exportação de petróleo e, como outros produtores de petróleo, sofreu um forte golpe no último ‘crash’ do preço do petróleo. O golpe, no entanto, tam-

bém foi um alerta que estimulou as iniciativas de diversificação económica. Por enquanto, a Nigéria está atrasada em relação a outros grandes produtores, mas os dois negócios de biocombustíveis indicam que não está a desistir, apesar da crescente produção de petróleo e preços mais altos do petróleo”, escreveu Irina Slav no site OilPrice.com, especializado em questões energéticas.

A Nigéria, entretanto, não tenciona ficar pelo biodiesel. Também projecta aproveitar melhor o potencial eólico e solar do país para diversificar a indústria energética. A rede de electricidade do país é fraca e os consumidores dependem das importações de diesel para alimentar as famílias e as empresas. No entanto, as ‘startups’ estão aparecendo, oferecendo uma alternativa ao diesel. As empresas estrangeiras, como a Wartsila finlandesa, também estão a começar a prestar maior atenção ao país. Recentemente, a empresa finlandesa anunciou que fechou um acordo para a construção do que será a maior instalação de geração de energia fotovoltaica da Nigéria, com capacidade para 75 MW.



A MITSUBISHI Materials reconheceu que três das suas subsidiárias falsificaram dados técnicos de alguns dos produtos como cobre ou alumínio, tal como o fez a Nissan.



O CRESCIMENTO da economia britânica foi de 1,5%, o mais alto dos últimos cinco anos, tendo sido suportado pela despesa do agregado familiar.

DOAÇÃO DO BANCO MUNDIAL

São Tomé e Príncipe recebe 100 milhões de dólares

São Tomé e Príncipe vai beneficiar de um donativo de 100 milhões de dólares, que deverá ser oferecido pelo Banco Mundial (BM), até 2020, anunciou a representante do BM no país africano, Clara de

Sousa. “O que o Banco Mundial está a fazer é dar donativos a São Tomé e Príncipe para serem investidos em áreas sociais, infra-estruturas e apoio orçamental e aquilo que temos em nossa perspectiva vai levar a que a nossa contribuição financeira para São Tomé, nos próximos dois, três anos, chega um montante de 90 a 100 milhões de dólares”, afirmou Clara de Sousa.

Segundo a Lusa, nos últimos três anos, o BM já colocou à disposição do governo do arquipélago pouco mais de 40 milhões de dólares, investidos essencialmente nas obras de abastecimento de água, energia renováveis, educação, impacto das mudanças climáticas e transportes.

A representante do Banco Mundial encontrou-se em separado com

os ministros das Finanças, Comércio e Economia, Américo Ramos, e das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Carlos Vila Nova, para analisar o estado da cooperação com esta instituição financeira. “Para aquilo que é a calendarização que temos, parece-nos que as coisas estão a andar no bom caminho para que os resultados se possam sentir no tempo programado”, explicou.



ZIMBÁBUE ‘SEM’ MUGABE

Aposta combater a corrupção

O presidente interino do Zimbábue, Emmerson Mnangagwa, prometeu promover o investimento estrangeiro e combater a corrupção, no discurso de tomada de posse como chefe de Estado zimbábue. “A cultura do governo tem de mudar e tem de mudar imediatamente”, afirmou o novo presidente, referindo-se aos 37 anos de poder do seu antecessor, Robert Mugabe.

Emmerson Mnangagwa, de 72 anos, líder da ZANU-PF há uma semana, tomou posse como chefe de Estado num estádio de Harare, prometendo lealdade à Constituição e à República do Zimbábue. Após o juramento, o chefe de Estado afirmou que está empenhado em relançar a economia e procurar investimento para o país,

que se encontra em crise profunda e sujeito a sanções internacionais.

O novo presidente prometeu indemnizar os agricultores que perderam as terras depois das decisões de Mugabe e que provocaram a instauração de sanções económicas internacionais contra o Zimbábue. Mesmo assim, não forneceu detalhes sobre assunto limitando-se a dizer que as medidas que foram tomadas sobre as terras e os agricultores “não podem ser alteradas”.

O novo líder zimbábueano afirmou também que vai respeitar a realização de eleições “democráticas” marcadas para 2018 acrescentando que o país vai conseguir “renovar-se” após os 37 anos de Robert Mugabe no poder. Acrescentou que aceita o poder de forma “profundamente humilde”, após a série de acontecimentos que começaram com uma acção militar, a 14 de Novembro, que culminou com a demissão de Mugabe.



Emmerson Mnangagwa, presidente interino do Zimbábue.



Os bancos estiveram envolvidos em transacções de mais de 20 mil milhões de yuan.

POR FINANCIAMENTO A CASAS DE JOGOS

China desmantela bancos

Dois bancos clandestinos que transferiam elevadas somas de dinheiro do interior da China para financiar apostas nos casinos de Macau foram desmantelados este mês, numa operação em que foram detidas sete pessoas.

De acordo com o jornal chinês, China Daily, os bancos estiveram envolvidos em transacções de mais de 20 mil milhões de yuan (2,5 mil milhões de euros), de acordo com um comunicado publicado ‘online’ pelo departamento de segurança pública de Shaoguan, uma cidade no Norte da província de Guangdong.

A Polícia começou por analisar uma conta bancária aberta em Shaoguan, em Julho que era usada

para transferir dinheiro para um suspeito. Num curto período de tempo, as transacções através da conta atingiram 98 milhões de yuan (12,5 milhões de euros).

No âmbito da investigação, dez mil pessoas são suspeitas de estarem envolvidas na operação ilegal, informou a polícia. O grupo é acusado de transferir dinheiro ilegalmente usando 148 contas bancárias abertas em 20 províncias com cartões de identificação roubados, segundo a Xinhua.

Pequim permitiu o desenvolvimento de uma indústria financeira informal nas últimas duas décadas para apoiar os investidores, mas tem vindo a apertar o controlo devido a crescentes preocupações com a estabilidade financeira. Empresas e investidores apressaram-se a transferir dinheiro para fora do país.

BRASIL

Ex-chefe da casa civil detido

A polícia federal brasileira deteve o ex-chefe da Casa Civil do Rio de Janeiro Régis Fichtner, acusado pelo Ministério Público Federal de receber 391,6 mil euros de suborno.

De acordo com a imprensa local, Régis Fichtner era um dos “homens fortes” do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, preso em Novembro do ano passado pela operação ‘Lava Jato’, que investiga um dos maiores escândalos de corrupção no Brasil, envolvendo políticos e empresários.

A operação da polícia deste país da América-latina, que prendeu também o empresário Georges Sadala e outras três pessoas foi batizada como ‘C’est Fini’ (que em francês significa “é o fim”) sendo um desdobramento das investigações da Operação Calicute, que levou à detenção de Sérgio Cabral. O nome da operação é uma alusão ao fim da “Farra dos Guardanapos”, como ficou conhecido um jantar em Paris, em que participaram ex-secretários do Estado do Rio de Janeiro, empresários e o ex-governador Sérgio Cabral.

Fichtner aparece em anotações feitas por Luiz Carlos Bezerra, um dos delatores da ‘Lava Jato’, que indicavam as finanças da organização criminosa que seria liderada por Sérgio Cabral. As anotações foram apreendidas durante a Operação Calicute.

Ambiente

SEGUNDO O ESTUDO, PACÍFICO PERDERIA GRANDE PARTE DO SEU TERRITÓRIO

‘Glaciares do Apocalipse’ podem destruir cidades costeiras

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Duas das maiores geleiras da Antárctica podem derreter ainda este século. O rápido degelo dos glaciares Pine Island e Thwaites podem fazer milhões de desalojados.

A 4.023 quilómetros da América do Sul, dois glaciares seguraram o destino do planeta Terra tal qual o conhecemos. Numa remota região da Antárctica, conhecida como Pine Island Bay, os glaciares Pine Island e Thwaites estendem-se por 241 quilómetros. Vão derreter. Só não se sabe quando.

Os dois glaciares são dos maiores – e dos que estão a derreter mais rápido – em toda a Antárctica. Num artigo do princípio do ano, a Rolling Stone chamava-lhes “os glaciares do Apocalipse”. Juntos, funcionam como uma tampa que segura gelo suficiente para subir o nível médio das águas em três metros: uma quantidade que iria afundar qualquer cidade costeira no planeta. Por este motivo, descobrir o quão rápido vão derreter é uma das questões científicas mais importantes do mundo neste momento.

Para chegar a essa resposta, os cientistas têm analisado o fim da última Idade do Gelo, há mais ou menos 11 mil anos, quando as temperaturas globais subiram até aos níveis em que se encontram actualmente. As más notícias é que todas as provas dizem que, nessa altura, Pine Island e Thwaites derreteram rapidamente e inundaram todas as linhas costeiras mundiais. Os especialistas concluíram que o veloz colapso aconteceu devido a algo chamado “instabilidade marinha de penhascos de gelo”.

Nesta zona da Antárctica, o oceano é mais profundo, por isso, cada vez que um iceberg se separa



Um colapso iria provocar a subida das marés e o desaparecimento de muitas cidades.

cria penhascos cada vez maiores. O gelo, cada vez mais pesado, faz pressão nestes penhascos – que acabam por não aguentar o seu próprio peso e colapsam. Quando começarem a cair, será impossível pará-los.

Nos últimos anos, os glaciólogos da NASA têm chegado à conclusão de que esta instabilidade causada pelos penhascos de gelo vai desintegrar toda a zona oeste da Antárctica ainda este século, numa janela de 20 a 50 anos, muito mais rápido do que alguma vez se pensou. A cada minuto, penhascos do tamanho de arranha-céus vão colapsar e entrar dentro de água. O resultado é simples: uma

catástrofe global de proporções que nunca vimos.

Um colapso integral de Pine Island e Thwaites irá provocar a subida das marés, a inundação das linhas costeiras, o desaparecimento de cidades em todo o mundo e milhões de refugiados climáticos.

Grande parte destas novas descobertas pertence a dois climatólogos, Rob DeConto e David Pollard. Um estudo publicado pela dupla de cientistas na revista Nature foi o primeiro a ter em conta a instabilidade dos penhascos de gelo e a ameaça que significam para o mundo. DeConto e Pollard recusaram a hipótese de o nível médio das águas do mar subir 90 centímetros em caso de degelo rápido e garantiram que o mais provável é que suba 1,80 metros. O pior cenário possível, os três metros, acontece se as emissões de dióxido de carbono se mantiverem nos níveis actuais.

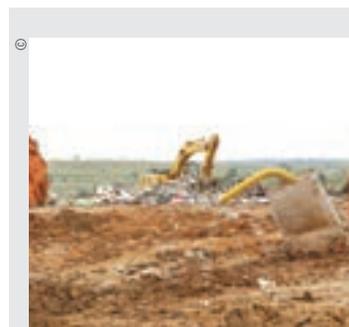
Se subir 90 centímetros, as cidades de Nova Orleans, Houston, Nova Iorque e Miami ficarão completamente inundadas. Países do Pacífico, como as ilhas Marshall, perderiam grande parte do seu território. No caso mais provável, o dos 1,80 metros, 12 milhões de norte-americanos ficavam desalojados e Xangai, Bombaim ou Ho Chi Minh deixam de existir. Com três metros, o território onde vivem centenas de milhões de pessoas em todo o mundo ficaria debaixo de água. A Florida seria inabitável, Nova Iorque e Nova Jersey ficariam totalmente inundadas duas vezes por mês e a simples mudança da lua seria suficiente para agitar as marés em direcção a casas e edifícios.

12

Milhões de norte-americanos ficariam desalojados.

MEMORIZE

● **Nos últimos anos**, a NASA concluiu que esta instabilidade causada pelos penhascos de gelo vai desintegrar toda a zona oeste da Antárctica ainda este século, numa janela de 20 a 50 anos.



ESTUDO DA UAN

Aterros perigam água subterrânea

Luanda conta apenas com um aterro sanitário controlado e o único que reúne as mínimas condições internacionalmente exigidas para o tratamento de resíduos sólidos. A conclusão é de um estudo realizado por pesquisadores da Universidade Agostinho Neto (UAN) que, entre outros, aborda o impacto dos aterros sanitários controlados e não controlados sobre as águas subterrâneas na zona do Benfica, na capital do país.

Segundo os pesquisadores Sonhi Felisberto e Alegria Gervásio, que apresentaram o resultado do trabalho na 10.ª jornada científica da Faculdade de Ciências da UAN, os aterros sanitários descontrolados ou lixeiras constituem um “perigo à saúde humana e podem contaminar os solos e águas subterrâneas e libertar gases prejudiciais ao meio ambiente”. “Não é feita nenhuma forma de preparação do solo que vai receber os resíduos e isso é bastante preocupante, além de não existirem estações para o tratamento de efluentes líquidos, como o chorume, que atinge as águas subterrâneas e contamina o ar, o solo e produz gases de efeito estufa, especialmente o metano”, explicam.

Felisberto sublinha que o lixo atrai animais transmissores de doenças e aumenta o risco de contaminação, o que podia ser evitável se os resíduos recebessem o devido tratamento”.

Elídio Mafesso

Educação & Tecnologia

NOVA INSTITUIÇÃO PRIVADA PODE NASCER NO KUANDO-KUBANGO

Universidade Cuito Cuanavale vai ter novos cursos de licenciatura

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Falta de financiamento para projectos de investigação científica, problemas de corrente eléctrica e de reabilitação, e asfaltagem e iluminação pública do troço que liga a futura escola são apontados como entraves.

A abertura das Faculdades de Direito e de Economia no Kuando-Kubango, bem como dos cursos de Química, Física e Geografia na Escola Superior Pedagógica, foi defendida quinta-feira pelo reitor em exercício da instituição de ensino superior, Augusto Chipombela.

O académico, que apresentava à vice-governadora da província, Sara Luísa Mateus, o memorando sobre o estado funcional da Universidade Cuito Cuanavale, com a sede em Menongue, apontou como entraves à concretização dos objectivos traçados “a falta de financiamento para o projecto de investigação científica, de corrente eléctrica na reitoria, de reabilitação e asfaltagem do troço que liga a estrada da futura escola, bem como da iluminação pública”.

A falta de recursos financeiros condiciona a construção e apetrechamento dos laboratórios, a aquisição de reagentes e nódulos para manter o normal funcionamento dos laboratórios da instituição.

Entre as metas, para a afirmação da universidade no contexto nacional, está a transferência de duas unidades orgânicas localizadas no Kuando-Kubango para novas instalações situadas no bairro Tucuve, em Menongue, que apresentam melhores condições de acomodação.

O responsável adiantou que a falta de docentes nacionais remete a Universidade Cuito Cuanavale a uma situação de dependência da

cooperação estrangeira e o reduzido número de funcionários não docentes diminui a capacidade de resposta e dificulta a realização dos serviços em tempo célere.

A realização de mais actividades de carácter científicas nas unidades orgânicas da universidade, incentivos de investigação científica, aquisição de bibliografia

diversa, assim como a formação de especialistas em biblioteconomia e a criação de uma revista digital consta entre as metas da instituição.

A universidade pretende ainda desenvolver as principais linhas de investigação científicas, aplicar os resultados das pesquisas realizadas com relevância cientí-

ficas, dinamizar a fazenda experimental localizada em Xangongo, no Cunene.

Apesar dos constrangimentos registados, de acordo com Augusto Chipombela, melhoraram-se as condições de trabalho, a aquisição de material e equipamento para acomodação dos gestores e responsável da universidade,

bem como a aquisição bibliográfica diversa.

A vice-governadora Sara Luísa Mateus, que reconheceu certas limitações da universidade, anunciou que, brevemente, será aberta uma instituição superior privada com cursos de Direito, Economia, entre outros técnicos, e vai proceder-se à extensão de alguns cursos para o interior da província.

Desde a sua criação, a universidade já formou 1.026 licenciados. Neste ano lectivo, foram matriculados 3.671 estudantes, 166 dos quais beneficiam de bolsas de estudo.

Augusto Chipombela, reitor em exercício da Universidade Cuito Cuanavale



MEMORIZE

- **Constituem** unidades orgânicas da universidade as Escolas Superior Pedagógica do Kuando-Kubango, Superior Politécnica do Kuando-Kubango, o Instituto Superior de Ciências de Saúde, Escola Superior de Hotelaria e Turismo, a Escola Superior Pedagógica do Cunene e o Instituto Politécnico do Cunene.



1.026

Licenciados já foram formados pela universidade desde a sua criação.

Marcas & Estilos

Mergulhos clássicos

A 'Bicolore HybridOnePiece' apresenta a 'Ephemera', as duas mais recentes peças de banho num único estilo. Assemelha-se a um fraque com alguns toques desportivos e ajusta-se com uma mistura de licra preta e branca. É um fato de banho de luxo, inspirado em estilos parisienses e australianos.

Privacidades nocturnas

Esta exclusiva mesa-de-cabeceira reserva-lhe um compartimento discreto que se abre em menos de um segundo, e oferece-lhe espaço suficiente para guardar os seus pertences valiosos.

Rolando na modernidade

Foi pensando em unir o útil ao agradável que a Samsonite e a Micro Mobility se juntaram para criar a Trolley Scooter, uma patinete que vai ajudá-lo a transportar a sua bagagem em grande estilo e com muita diversão.

Para dedos reluzentes

Não tem como este anel de 12 quilates de diamante negro não chamar a sua atenção e interesse. Revestido com 3.67 quilates de diamantes brancos, sobre 14 quilates de ouro amarelo de sol, este anel caracteriza o exemplo real de raridade e irrepetível.

Nem mais, nem menos

A função cronométrica, o movimento automático, o tamanho, a qualidade inoxidável em metal escurecido, adequados a uma rotação multidireccional deste Luminox garantem que cada minuto do seu tempo será bem aproveitado.

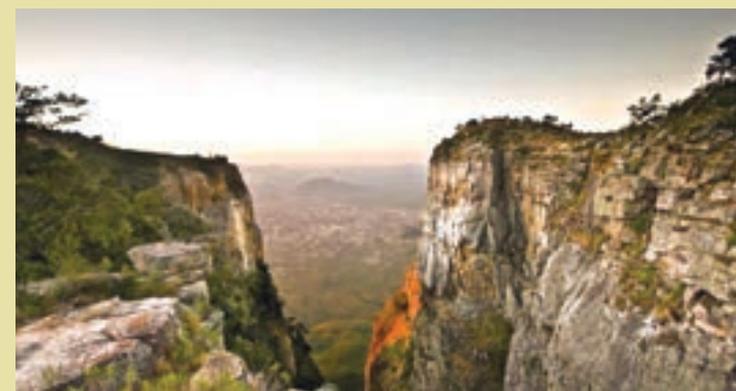
Formatos decantados

Com este decantador de feitio e contorno singulares, o seu vinho jamais irá escapar ao sabor excepcional reconhecido pelos melhores provadores de vinho. É uma peça em que muito se gasta para que cada gole seja sempre ímpar. Este decantador dá-lhe a certeza de que a próxima garrafa será ainda melhor.

TURISMO

Tundavala: naturalmente divina

Pode dizer-se, sem medo de errar, que a Fenda da Tundavala, na Huíla, é uma das vistas e mais bonitas que se pode encontrar em Angola, senão mesmo de muitas existentes no mundo. Trata-se de uma falha natural e que, na verdade, acabou por ser divina, uma majestosa janela de tranquilidade que tira o fôlego, mas proporciona o bem-estar e a beleza de contemplar o abismo natural. O silêncio indescritível e as formações rochosas no caminho de acesso muito bonitas tornam a Tundavala num dos locais mais arrebatadores que algum dia terá o prazer de visitar.



AUTOMÓVEL

Volvo V40: Um aventureiro

A linha Volvo V40 pode ser equipada com motor 2.0 turbo de 190 cv (T4) e 2.0 turbo de 245 cv (T5 R-Design e Cross Country). A mudança é sempre automática, podendo ser de seis ou oito marchas, dependendo da versão. A tracção é dianteira, excepto na configuração aventureira 'Cross Country', que possui tracção integral.

A marca tem 4,4m de comprimento, mais 1,8m de largura sem contar os espelhos, 1,4 m de altura e 2,6m de entre os eixos. De fábrica, o modelo vem com controlo do áudio

no volante, tela central de sete polegadas com DVD 'player', entrada auxiliar e bluetooth, revestimento de couro, ar condicionado digital de duas zonas, airbag frontal, lateral, de cortina e de joelho para motorista, direcção eléctrica, Start/Stop, piloto automático, volante com regulador de altura e profundidade, sistema de chamada de emergência Volvo on Call, faróis automáticos, retrovisores eléctricos, controlo de estabilidade com travão automática que evita colisões a até 15 km/h.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 12 DE DEZEMBRO

Exposição individual do artista plástico angolano Júlio Madika intitulada 'Reflexões Sobre África', na Galeria Tamar Golan, a partir das 18 horas.

30 DE NOVEMBRO

Encerramento da exposição 'Kaluandando.com', de Álvaro Macieira, Horácio Mesquita, Olga Medeiro, Ondjaki, Paulo Amaral, Paulo Kussy, Raúl Rosário, Sanguito, José Pinto, Thó Simões, no Camões, a partir das 18 horas.

1 E 2 DE DEZEMBRO

O 'Show do Mês' apresenta o concerto de Carlitos Vieira Dias - 'A tradição', no hotel Royal Plaza, em Talatona, às 21 horas. Bilhetes a 12 mil kwanzas.

8 DE DEZEMBRO

O Centro Cultural Brasil Angola recebe, Euclides da Lomba e Banda Maravilha, no âmbito do projecto 'Travessia dos Oceanos', a partir das 19 horas.

8 E 9 DE DEZEMBRO

1.º Festival Jazz no Kubico/Fusion, no Clube Naval de Luanda, com Ana Bela Aya, Selda, Irina Vasconcelos, Totó, Jack Nkanga e DJ Paulo e Ricardo Alves, entre outros, bilhetes a cinco mil kwanzas.

A colecção 'Troncos da Literatura Angolana' tem como público-alvo escritores, docentes, discentes, pesquisadores da cultura angolana, agentes culturais, associações literárias e amantes da leitura.



José Luís Mendonça, escritor, lança hoje a obra 'Angola, Me diz Ainda', no Centro Cultural Português, em Luanda.

PROJECTO ORÇADO EM MAIS DE 14 MILHÕES KZ

'Troncos da Literatura' reúne escritores em livro

LITERATURA. Projecto pretende recolher e promover obras inéditas de escritores consagrados angolanos. A primeira fase reúne trabalhos de José Luís Mendonça, António Gonçalves, Cristóvão Neto e Luís Kandjimbo. O primeiro lançamento acontece hoje (27), em Luanda.

Por Lúcia de Almeida

Com o objetivo de valorizar o trabalho dos escritores angolanos, proporcionar encontros intelectuais entre os fazedores de literatura e promover maior competência linguística, o Movimento Lev'Arte, a Editoria Acácias, o Centro Cultural Português Camões e o Ministério da Cultura, lançaram na passada quarta-feira, em Luanda, o projecto 'Troncos da Literatura Angolana', tendo já seleccionado quatro escritores que vão participar com trabalhos inéditos.

Com um orçamento de mais de 14 milhões de kwanzas, o projecto pretende recolher obras inéditas de autores angolanos consagra-

dos e divulgar a literatura característica do país.

De acordo com o coordenador do Movimento Lev'Arte, Kardo Bestilo, a iniciativa terá a duração de dois anos e prevê lançamentos de obras bimensais, em categorias como poesia, romance, conto, ensaio literário, literatura infantil e prosa

Nesta primeira fase, a organização já reuniu obras inéditas de José Luís Mendonça, António Gonçalves, Cristóvão Neto e Luís Kandjimbo, que deverão constituir os primeiros dez livros da colecção 'Troncos da Literatura Angolana'.

O orçamento vai ser dividido em dez subprojectos, que se traduzem em dez livros para a colecção, nesta fase inicial", explicou Kardo Bestilo.

A directora do Centro Cultural Português, Teresa Mateus, valorizou a iniciativa e destacou a pertinência da colecção. "É um grande desafio para todos os parceiros que a agregam para massificar a litera-

tura e também divulgar obras inéditas e de qualidade de autores de referência angolanos já consagrados e é um orgulho estar associado ao projecto", afirmou.

Sobre os critérios de selecção dos autores para a colecção, o escritor e membro do projecto José Luís Mendonça apontou a "qualidade das obras, a inovação, a colagem à realidade sociocultural angolana e o domínio profundo da língua".

"Como membro da mesa de leitura

deste projecto, é possível que consideremos também um jovem que venha com uma obra muito relevante e este será também um tronco", explicou.

Segundo José Luís Mendonça, os grandes nomes da literatura angolana, como o prémio Camões Artur Pestana Pepetela, Luandino Vieira e outros, vão igualmente fazer parte dessa colecção.

Obras inéditas, escritas em língua portuguesa e com até 50 páginas são outros requisitos da colecção 'Troncos da Literatura Angolana'.

A colecção 'Troncos da Literatura Angolana' tem como público-alvo escritores, docentes, discentes, pesquisadores da cultura angolana, agentes culturais, associações literárias e amantes da leitura.

No âmbito deste projecto está marcado para hoje, 27 de Novembro, o lançamento do livro 'Angola, Me diz Ainda', de José Luís Mendonça, no Centro Cultural Português, em Luanda, a partir das 18h30.

14

milhões de kwanzas é em quanto está avaliado o projecto.

A 30 DESTE MÊS

Hildebrando de Melo expõe 'Papéis' em Luanda

O artista plástico angolano Hildebrando de Melo promove, a partir de 30 deste mês, no Memorial António Agostinho Neto, às 18 horas, em Luanda, um conjunto de obras no quadro da exposição 'Papéis', resultante de aproximadamente 20 anos de trabalho do artista em suporte de papel.

Hildebrando de Melo explica que a estética inerente a este percurso de trabalho resultante da prática de labor artístico o levou a descobrir uma nova forma de abordagem dentro da 'collage-assemblage' que lhe caracteriza, que pressupõe "conseguir ultrapassar os limites do plano, quebrando as barreiras do limite que impõe a pintura, espoletando uma fusão da pintura com a escultura".

"Daí as formas predominantes da pintura terem saído e ganho uma forma tridimensional. Já que foi com o estudo destas obras em papel que desenvolvi também a minha pintura e cheguei ao estado de escultura que me encontro agora, num sentido de profundo na questão: É como uma luta de dois campos opostos, consubstanciado um no outro, onde os mesmos se digladiam entre si", explicou o artista.

Melo nasceu no Bailundo, Huambo, e estudou pintura na Associação das Lameiras, em Vila Nova de Famalicão, Portugal. É vencedor do concurso 'Ensarte 2004', na categoria juventude, do concurso Sona 'Desenhos na Areia', Luanda, e tem a distinção Angola 30 graus, como artista do ano no campo das artes visuais.

O artista participa em colecções particulares, nacionais e internacionais, e conta com trabalhos expostos em Portugal, EUA, Alemanha e Angola.

NÚMEROS DA SEMANA

3.330

É a quantidade de litros de combustível apreendida até quinta-feira passada, pela Polícia Fiscal no Zaire, por presumível contrabando de derivados de petróleo.

150

É a quantidade de toneladas de produtos diversos do campo produzida na campanha agrícola de 2016/2017, que se pode deteriorar, na Huíla, por dificuldade de escoamento.

74

Por cento é a percentagem de peixe Cacusso que o Uíge reclamou de toda a produção nacional de Janeiro a Outubro deste ano, informou o director nacional da Aquicultura, António da Silva.

37,7

Mil milhões de Kwanzas é o orçamento que os deputados pretendem ter na Assembleia Nacional e assim manter as "condições mínimas do desenvolvimento da actividade parlamentar".

DE VISITA OFICIAL

JLO aborda livre circulação na região

As relações bilaterais com a África do Sul têm novos desafios pela frente, sobretudo no campo económico e social, sendo que a abolição de vistos é o caminho para integração efectiva, afirmou Presidente da República, João Lourenço, no seu discurso de abertura das conversações oficiais por ocasião da visita de Estado à África do Sul, a convite de Jacob Zuma.

O Presidente da República destaca que o desafio passa, agora, por tratar

de conjugar esforços para desenvolver e consolidar as respectivas economias, bem como pugnar por uma integração económica cada vez mais efectiva, favorecendo a livre circulação de pessoas e bens e o incremento das relações comerciais.

Nesta perspetiva, o estadista angolano, defende que a abolição de vistos para os cidadãos dos dois países pode ser um passo importante nessa direcção, considerando que pelas condições concretas em

que Angola ainda se encontra "este processo de integração se deve fazer por enquanto de forma gradual e ao nível bilateral".

Alem disso, defende o evoluir do processo desde os acordos de comércio até a criação de áreas de comércio livre. Reconhece também que, pelo grau de desenvolvimento e pelo potencial, os dois países têm responsabilidades acrescidas na condução desse processo de integração regional e devem assumir-se, no quadro da SADC, como motores da nova dinâmica, que se pretende imprimir à cooperação na África Austral.

Para o Presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, é preciso aprimorar essa cooperação comercial, com mais incentivos para investimento no sector privado nas economias de cada país, e sublinhou que África do Sul e Angola devem explorar mais oportunidades na agricultura, mineração, desenvolvimento de infraestrutura, energia, turismo, entre outros.



PRÉMIOS SIRIUS, EMPRESAS DO SECTOR FINANCEIRO 2017

Seguradoras perdem para bancos

As seguradoras voltaram a estar de fora, pela segunda vez, na categoria empresa do ano do sector financeiro dos prémios Sirius, que reconhece a "excelência, o talento e as boas práticas" das empresas.

Para esta categoria, apenas estão nomeados, por ordem alfabética, os bancos de Angolano de Investimento (BAI), Comercial do Huambo (BCH), de Fomento Angola (BFA), o Millennium Atlântico (BMA) e o Standard Bank (SBA), colocando de fora as demais entidades do sector

financeiro, com destaque para as seguradoras.

Interrogado sobre a possibilidade de a ausência de empresas do sector segurador entre os finalistas indiciar menor desempenho face ao bancário, Aginaldo Jaime, presidente da Agência de Regulação e Supervisão dos Seguros (ARSEG) negou o referido cenário e atirou para os organizadores dos prémios a justificação da ausência de empresas do sector segurador. "Quem tem de explicar isso é o organizador. A própria organização é quem tem de dizer quais são os cri-

térios; porquê é que o sector segurador não está presente. Não conheço o universo de empresas que foi seleccionado e quais critérios estiveram na base de classificação", argumenta.

Além, da ausência na categoria "Prémio Empresa do Ano", o sector segurador também aparece em menor número entre os finalistas da categoria "Prémio Melhor Relatório de Gestão e Contas -Sector Financeiro", estando duas empresas (ENSA e Nossa Seguros) contra quatro bancos (BAI, BIC, BFA, Standard Bank).



POR DECRETO PR entrega limpeza ao Governador

A Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL) passa a subordinação do governador provincial de Luanda, segundo o Decreto Presidencial nº 305/17 de 20 de Novembro que aprova o reajustes da unidade criada em 2010, criada com o objectivo de garantir a implementação do plano director do saneamento das províncias. A alteração, no entanto, tem que ver, essencialmente, com a atribuição de competências ao governador para nomear e exonerar o director da referida unidade, bem como aprovar o seu programa de acção. À luz do documento ora revogado, a referida unidade desenvolvia a sua "actividade em estreita colaboração com o Governo Provincial de Luanda" e devia "regularmente apresentar relatórios de progresso das suas actividades ao Presidente da República e Chefe do Executivo" que também nomeava o director da instituição.

O VALOR ESTA SEMANA

NA PGR

Nada contra Archer

A Procuradoria-Geral da República nega ter em curso um processo-crime contra o Ministro das Finanças, Archer Mangureira como foi noticiado por diversos órgãos no início da semana passada. A Procuradoria, por intermédio da DNIAP-PGR respondia a uma solicitação do VALOR sobre a veracidade das informações. **Pág.14**

EM CAUSA TAXAS PELAS CARGAS

TAAG com perdas

A TAAG já perdeu cerca de 100 milhões de kwanzas desde a implementação, no ano passado, da cobrança de emolumentos gerais aduaneiros da carga em trânsito, revelou uma fonte da companhia ao VALOR. A introdução da taxa vem expressa na rectificação que foi feita, em Janeiro de 2014, ao decreto legislativo presidencial que aprovou a pauta aduaneira. **Pág.16**



NA INDÚSTRIA

Défice de inspectores

O Gabinete de Inspeção do Ministério da Indústria possui apenas 13 inspectores para atender actividade inspectiva a mais de 7 mil e 410 unidades industriais, licenciadas até 2014, perfazendo uma média de 1 para 570 unidades. A informação foi avançada ao Valor inspector-geral da Indústria, Jugolfo Afonso. **Pág.13**